

Mundorama

REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
VOLUME 10 - NÚMERO 110 - OUTUBRO - 2016

EVENTOS

SELEÇÕES DE PÓS-GRADUAÇÃO, CURSOS, SEMINÁRIOS, WORKSHOPS E OFERTAS DE BOLSAS DE ESTUDOS NO EXTERIOR NA ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CONJUNTURA & OPINIÃO

OS TEMAS DA NOSSA AGENDA - AMÉRICAS, EUROPA, ÁSIA E ÁFRICA, ECONOMIA, POLÍTICA & SEGURANÇA INTERNACIONAL, POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

BIBLIOTECA

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL, MERIDIANO 47, CONJUNTURA AUSTRAL, SÉRIES DOCUMENTAIS

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO
LABORATÓRIO DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**Volume 10 - No. 110 - Outubro -
2016**

Table of Contents

Definições conceituais para o entendimento de Política Externa: o poder duro e o poder brando, por Marcos Alan Ferreira	1
A Política Global como Sistema Aberto: Desafio para as Relações Internacionais no Antropoceno, por Joana Pereira	5
Call for Papers - International Security and Defense: Taking stock of Brazil's changes - a Special Issue of RBPI	9
Carta Internacional publica No. 1/2016	12
Taiwan: Um Futuro Formoso para a Ilha Depende da Reintegração à China, por P.A. Pereira Pinto	13
The changing picture of energy security by Larissa Basso	19
A agricultura na Cooperação Técnica Brasil-África: avaliações de iniciativas pós-2003, por Wallace Ferreira	21
A Evolução da Estratégia Contraterrorista dos Estados Unidos, por Marcos Degaut	24
Estados Unidos: uma década e meia do atentado terrorista, por Virgílio Arraes	33
Habitat III and how did human settlements became a global issue?, por Ana Mauad	35
Curso de Extensão em Defesa Nacional	38
Seminário - "International Trade and Security: Japanese Perspectives"	39
Seminário celebra 60 anos da RBPI	40

Definições conceituais para o entendimento de Política Externa: o poder duro e o poder brando, por Marcos Alan Ferreira

By Editoria Mundorama | Volume 10 - No. 110 - Outubro - 2016

Os conceitos de poder duro (*hard power*) e poder brando (*soft power*) propostos pelo internacionalista norte-americano Joseph S. Nye Jr. têm se mostrado importantes para a compreensão das principais abordagens da política externa dos Estados Unidos (EUA) nos dias atuais. Esses conceitos foram introduzidos por Nye nos anos 80, destacando que o exercício do poder se dá em duas frentes, uma através da coerção e intimidação (poder duro) e outra através da persuasão e atração (poder brando). A partir da ascensão de George W. Bush, o autor avança na caracterização das duas modalidades de poder, principalmente nos livros *O paradoxo do Poder Americano* e *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, que serão o principal objeto da nossa análise nos parágrafos a seguir.

O conceito de poder duro

Nos seus escritos, Nye não define poder duro como uma entidade única. Em relação ao conceito tradicional, entendido como o exercício da força bruta imposta contra outrem no sentido de obter os efeitos desejados em benefício de determinado interesse, o autor introduz uma divisão entre as dimensões militar e econômica. O poder duro nada mais é que seu exercício direto, diferente do poder brando, de ação indireta.

As duas modalidades que compreendem o poder duro, militar e econômica, procedem através de ferramentas como a coerção, a indução, a intimidação e a proteção. Ambas são aplicadas por meio de sanções, ameaças e punições. Por sua vez, *a força bruta é empregada através de diferentes políticas governamentais*, muitas delas bastante conhecidas por todos nós ao longo da história, como as guerras, diplomacia coercitiva e alianças estratégicas com fins bélicos.

No âmbito militar, o poder duro é exercido por meio de políticas como a diplomacia coercitiva, a guerra e as alianças. A diplomacia coercitiva é aquela em que a ameaça é algo nitidamente presente nas negociações de determinado assunto. Aqui, ao invés da confiança, o uso de ameaças é o comportamento que rege no caso da demanda de uma das partes não ser atendida. Um exemplo atual que podemos citar para explicar o conceito de diplomacia coercitiva são os acontecimentos envolvendo a Síria e os EUA, em que este último diz não descartar o uso de medidas severas contra aquele país caso continue gerando instabilidade no Oriente Médio.

Ainda no leque de políticas governamentais, temos as alianças militares, que são normalmente utilizadas nas guerras, fato percebido, por exemplo, na II Guerra Mundial – dividida em duas alianças entre o Eixo e os Aliados –, e na recente Guerra do Iraque – entre os países da Coalizão formada por EUA, Inglaterra, Polônia, Costa Rica, entre outros.

Dentro do campo econômico, o poder duro é utilizado em políticas de apoio financeiro, subornos e sanções. No caso do apoio financeiro, o objetivo do Estado é obter resultados favoráveis aos seus interesses seja no plano geopolítico ou econômico. Como exemplo de apoio financeiro na acepção aqui analisada podemos citar a compra de açúcar cubano feita pela União Soviética acima da cotação internacional desta *commodity* durante os anos da Guerra Fria. Este apoio servia para fortalecer esse regime aliado naqueles anos de tensão mundial. No que se refere aos subornos, este é utilizado para a obtenção de favores nos mais diversos campos das relações internacionais, sejam eles econômicos ou militares.

As sanções são utilizadas como meio de punição contra um comportamento que não é de interesse do ator

mais influente em determinado assunto. Um exemplo são as restrições às importações de materiais de uso dual impostas aos países que, segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos, apoiariam o terrorismo.

O conceito de poder brando

As maiores atenções no livro de Nye (2004) estão direcionadas para a definição do poder brando. Neste campo, o autor inova ao trazer uma análise que coloca no centro as dimensões do poder vinculadas a atração e a persuasão. De acordo com o autor:

Há mais de quatro séculos atrás, Nicolau Maquiavel recomendou aos príncipes da Itália que era mais importante ser temido do que amado. Porém, nos dias de hoje, o melhor é ser ambos. Ganhar corações e mentes sempre foi importante, no entanto o é ainda mais na era da informação global. (NYE, 2004, p. 1).

Nesse sentido, ganhar corações e mentes se torna ainda mais importante na era da informação global, era esta que guarda características que a diferenciam de qualquer outra na história mundial. Hoje, com a revolução da informação, a diminuição das fronteiras econômicas e a interdependência entre os países nas mais diversas questões de interesse mundial, preconizar o uso do poder duro é para Nye uma atitude pouco inteligente. Se antigamente a denúncia de uso da força militar contra civis era algo difícil de ser provado, hoje temos uma Al Jazeera que pode mostrar através de imagens que determinado bombardeio da coalizão que atacou o Iraque atingiu uma zona residencial de Mosul ou Kirkuk. Ou ainda, hipoteticamente, possíveis sanções econômicas por parte da União Européia contra a China podem por outro lado abrir frentes de entendimento entre EUA e este Beijing.

Como ferrenho crítico à política externa republicana do período de George W. Bush, Nye sugere uma revisão da política externa norte-americana com uma maior sofisticação na definição e na utilização do poder brando, caracterizado como

(...) a habilidade de obter o que você quer através de atração, ao invés de coerção ou punição. Ele provém da atratividade da cultura de uma nação, ideário político e políticas públicas. Quando nossas políticas são legítimas aos olhos dos outros, nosso poder brando se intensifica. (NYE, 2004, p. X).

Essa definição complementa aquela apresentada num livro anterior, em que ressaltava que

Na política mundial, é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade. Neste sentido é igualmente tão importante estabelecer a agenda na política mundial e atrair os outros quanto forçá-los a mudar mediante a ameaça ou o uso das armas militares ou econômicas. A este aspecto do poder - levar os outros a querer o que você quer -, dou o nome de poder brando. Ele coopta as pessoas, ao invés de coagi-las. (NYE, 2002, p. 36).

Mas como afinal cooptar os países tal como propõe Nye? Para ele, os meios de atração serão a cultura, as instituições e políticas governamentais que sejam compartilhadas pelos atores que determinado país quer cooptar.

Em relação ao uso da cultura, um exemplo citado pelo autor são os valores de liberdade que o Ocidente irradiou aos países do Leste Europeu, que acabaram por influenciar alguns jovens a reivindicarem a abertura democrática nos anos 1980. No que se refere a políticas governamentais, podemos citar a concessão de bolsas de estudos para estudantes estrangeiros. No âmbito das instituições, destaca-se a exportação do modelo ocidental de democracia para o resto do mundo, especialmente para os países árabes. De acordo com Nye,

O país que consegue legitimar seu poder aos olhos dos demais encontra menor resistência para obter o que deseja. Contando ele com uma cultura e uma ideologia atraentes, os outros se mostram mais dispostos a acompanhá-lo. Se conseguir estabelecer regras internacionais compatíveis com sua sociedade, é menos provável que tenha que mudar. (NYE, 2002, p. 39)

Referindo-se à realidade dos Estados Unidos, o autor destaca que

(...)a universalidade da cultura de um país e sua capacidade de estabelecer um conjunto de normas e instituições favoráveis que governem setores de atividade internacional são fontes decisivas de poder. Os valores da democracia, da liberdade pessoal, da mobilidade pessoal e da abertura, freqüentemente expressos na cultura popular americana, a instrução superior e a política externa contribuem com o poder do nosso país em muitas áreas (NYE, 2002, p.39).

De todas essas fontes de poder brando propostas por Nye, não podemos perder de vista que sua ótica, além do exercício intelectual, incorpora o lado político com sua participação nos governos Bill Clinton e Barack Obama, o que justifica sua preocupação com a manutenção da hegemonia americana, porém valorizando o consenso em detrimento da força. Portanto,

Já que o poder brando é atração com base em valores compartilhados e equitativos e o dever de outros de contribuir para políticas consistentes com aqueles valores compartilhados, as conversações multilaterais são provavelmente mais apropriadas para gerar poder brando do que a simples defesa de meros valores unilaterais. (NYE, 2004, p. 64).

Conciliar interesses globais através de valores compartilhados e de instituições exemplares não significa deixar de lado o uso da força. Caso seja necessidade, tal uso é legítimo no entendimento de Nye. Não obstante, na busca da hegemonia, o equilíbrio entre poder brando e duro é fundamental.

O poder brando será importante na definição da agenda política ao mostrar que os valores preconizados pelo núcleo comandante são os certos, sem que para isso se precise fazer uso da força. Não obstante, apesar do seu pioneirismo nas análises das relações internacionais, a ideia central que gira em torno desse conceito não é nova na ciência política. Antonio Gramsci, ao discorrer sobre a noção de hegemonia, explicou que esta se exerce pela combinação da força e do consenso, “sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria (...)”. (GRAMSCI, 2000, p.95). O próprio Nye afirma que a ideia de se determinar o arcabouço do debate político já tinha sido discutida anteriormente por Gramsci (NYE, 2002, p. 37).

Em ambos, seja em Nye ou Gramsci, a hegemonia – ou *smart power* (poder inteligente – proporcionalidade entre os dois poderes) especificamente para Nye – é pensada através do equilíbrio nas ações pautadas pela força e pelo consenso. Assim, a preponderância ou domínio será atingido no momento em que o núcleo comandante criar o consenso, tendo como pano de fundo e base para qualquer eventualidade a sua força bruta (NYE, 2004, p. 147).

Conclusões

A utilização do conceito de poder como entidade única não é adequada hoje para uma análise da política externa, especialmente de grandes potências como os EUA. Neste sentido, dividir o conceito de poder entre duro e brando, tal como Nye propõe, se mostra importante para um entendimento mais aprofundado da atual política norte-americana. Respectivamente, o primeiro simboliza o poder tradicional exercido através do uso da força, da sanção e da indução. O segundo seria a capacidade de atrair e cooptar aliados para lograr determinados interesses.

Não obstante, não podemos perder de vista que estas definições encontram base em escritos mais antigos

da ciência política que diferenciam o uso da força e a busca do consenso – que podem ser comparados, respectivamente, a poder duro e poder brando. Tais escritos nos trazem um caráter que não é desenvolvido nos escritos de Nye, que seria a busca da hegemonia no equilíbrio entre o poder duro e o poder brando. Assim, o *smart power*, proporcionalidade entre os dois poderes, nada mais seria que o ponto ótimo de equilíbrio para o exercício da hegemonia, tal como anteriormente já discutira o cientista político italiano, Antonio Gramsci.

Marcos Alan S. V. Ferreira é Docente no Departamento de Relações Internacionais na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: marcosalan@gmail.com

Editoria Mundorama. "Definições conceituais para o entendimento de Política Externa: o poder duro e o poder brando, por Marcos Alan Ferreira". *Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*,. [Acessado em 21/01/2019]. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=19818>>.

A Política Global como Sistema Aberto: Desafio para as Relações Internacionais no Antropoceno, por Joana Pereira

By Editoria Mundorama | Volume 10 - No. 110 - Outubro - 2016

Entre os dias 27 de agosto e 4 de setembro de 2016, teve lugar, na África do Sul, o 35.º Congresso Geológico Internacional, no qual o Grupo de Trabalho sobre o Antropoceno (GTA) — integrante da Subcomissão de Estratigrafia do Quaternário, órgão constituinte da Comissão Internacional de Estratigrafia — apresentou um resumo das evidências reunidas pelos seus investigadores acerca de um possível novo intervalo de tempo geológico, o Antropoceno.

Cunhado pelo químico Paul Crutzen e pelo biólogo Eugene Stoermer em 2000, o conceito de Antropoceno designa uma nova era na história do planeta, totalmente dominada pela atividade humana. Sob este prisma, o Homem será agora um agente geológico, isto é, uma força dominante nas mudanças ambientais globais a uma escala comparável com alguns dos maiores eventos naturais do passado antigo (Rockström et al. 2009; Zalasiewicz et al. 2010). Tal significa que, no Antropoceno, a humanidade não afeta simplesmente o planeta — pela incorporação de novos fatores biofísicos na biosfera, o Homem transforma-o, modificando por completo a estrutura física que regula os maiores e mais importantes processos do sistema terrestre global (Steffen, Crutzen e McNeil 2007). De acordo com o GTA, o início do Antropoceno remonta a meados do século XX, momento a partir do qual se assistiu à “grande aceleração” das atividades económicas humanas (Universidade de Leicester 2016).

Embora este seja um conceito já amplamente utilizado nas ciências naturais, nas ciências sociais e nas humanidades, não foi ainda formalizado enquanto era geológica pela Comissão Internacional de Estratigrafia, o órgão responsável por deliberar nesta matéria. Contudo, as conclusões agora apresentadas pelo GTA indicam que o Antropoceno é geologicamente real e que, por isso mesmo, deverá ser oficialmente reconhecido e formalizado. Dos 35 investigadores que compõem o GTA, 34 consideram que o Antropoceno é estratigraficamente real e 30 apoiam a sua formalização enquanto era geológica (Universidade de Leicester 2016). Durante os próximos 2/3 anos, o grupo continuará a sua investigação, com vista à elaboração de uma proposta formal de reconhecimento do Antropoceno como Escala de Tempo Geológico, a apresentar à Comissão Internacional de Estratigrafia.

As evidências reunidas pelo GTA acarretam desafios significativos para a disciplina de Relações Internacionais (RI), nomeadamente o reconhecimento de que a política global é um sistema aberto. Vejamos porquê.

Este novo mundo do Antropoceno é muito mais perigoso, complexo, instável e incerto do que aquele em que a humanidade viveu nos 10 mil anos anteriores ao início desta “Idade do Homem” — esse foi o mundo do Holoceno, uma era geológica marcada por grande estabilidade ambiental, a qual permitiu que a humanidade prosperasse e criasse todos os mecanismos que caracterizam as sociedades modernas (Dean, Leng e Mackay 2014). Já muitas das mudanças do Antropoceno não têm paralelo na história do planeta e funcionam de variadas, complexas, incertas e imprevisíveis formas, que ameaçam as economias, as sociedades e a própria sobrevivência da espécie humana (Gillings e Hagan-Lawson 2014). Vários geólogos afirmam mesmo que o mundo se encontra numa nova fase de transição, semelhante àquelas que conduziram a alterações dramáticas na estrutura do sistema terrestre e que se traduziram em extinções em massa (Kolbert 2014). Ademais, o grande espaço temporal que existe, para o sistema terrestre, entre causas e efeitos revela-nos que mesmo uma atuação imediata sobre as causas não travará, muito provavelmente, as mudanças que se encontram já em curso (Gillings e Hagan-Lawson 2014). O Antropoceno será assim um fator decisivo na política do século XXI, uma vez que as instituições humanas terão de lidar com as consequências de um sistema global marcado por rápidas e imprevisíveis

transformações. Neste contexto, Dalby (2011) afirma que a agenda política global do século XXI centrar-se-á em como viver no Antropoceno.

Dever-se-á estar consciente de que o mundo do Antropoceno é um mundo de sistemas abertos, criado por uma enorme variedade de estruturas causais, mecanismos, processos e áreas. Esta ideia contrasta profundamente com uma das premissas do pensamento de Newton, que constitui a base da ideia de sistema fechado: a previsibilidade. Um sistema fechado implica impermeabilidade face a elementos e efeitos externos a esse sistema, através do isolamento de variáveis. Assim, ao estudar um sistema fechado, é possível assumir linearidade e previsibilidade, e dominar por completo o nosso objeto de análise. Alicerçado nesta teoria, Newton desenvolveu inúmeras equações suscetíveis de aplicação ao mundo real. As suas ideias tiveram muito sucesso nas ciências naturais, onde é relativamente fácil isolar variáveis (Bhaskar 2010; Wight 2015). No entanto, também as ciências sociais, na sua busca por cientificidade, adotaram a teoria dos sistemas fechados e as RI não foram exceção. Com base nesta ideia, a grande maioria dos teóricos das RI procura fornecer explicações sobre o mundo com base na assunção de previsibilidade, ou seja, na crença de que a vida global é um sistema fechado, evoluindo de forma gradual e seguindo trajetórias lineares (Kavalski 2015). Talvez por isso as RI tenham falhado em prever acontecimentos importantíssimos da vida internacional, tais como o fim da Guerra Fria e o 11 de setembro. Esta é uma falha problemática, pois as RI, dominadas pela tradicional teoria racionalista e pela metodologia positivista (Heng 2010), sustentam que acontecimentos futuros podem confirmar afirmações teóricas prévias, aspirando assim a prever os desenvolvimentos internacionais (Cudworth e Hobden 2011). Essencialmente, a disciplina sustenta ser capaz de algo que não conseguiu concretizar em relação a alguns dos mais importantes eventos internacionais, o que contribui, até hoje, para um certo sentimento de inferioridade no seio da disciplina.

A vida e a política globais são sistemas abertos, extremamente complexos e incertos, logo, impossíveis de prever (Bernstein et al. 2000). As evidências em torno da realidade do Antropoceno vêm corroborar este facto. Urge, pois, abandonar o paradigma racionalista e positivista vigente nas RI e assumir a imprevisibilidade do objeto de estudo da disciplina, pois o objetivo não pode continuar a ser o desenvolvimento de vãs capacidades de previsão. Os teóricos das RI não estão habituados a lidar com a incerteza, a preparar-se para falhar e a imaginar o inimaginável, três competências-chave no mundo atual. A capacidade de imaginar múltiplas alternativas e desenvolver estratégias não-convencionais é fundamental no Antropoceno. A academia deverá, portanto, ser encorajada e habilitada para identificar e preparar vários futuros alternativos, diversas “verdades”, porque o futuro é incerto e profundamente imprevisível. Nas palavras de Godet (citado em Godet e Durance 2011, 170-71),

“o futuro é aberto, de modo que qualquer forma de previsão equivale a fraude (...) [portanto,] a boa antecipação não é a que procura prever o que vai acontecer, mas sim a que conduz à ação. (...) [A Ciência] deve iluminar as nossas ações no contexto de futuros possíveis”.

Os teóricos das RI deverão, por isso, trabalhar a capacidade de imaginar múltiplos cenários e desenvolver diferentes habilidades para situações distintas, fornecendo respostas iterativas que vão iluminando a ação presente à luz de diversos futuros possíveis (Baie et al 2016). A prospetiva e a cenarização são, pois, bons caminhos a seguir — a prospetiva não procura adivinhar o futuro, ao contrário do que acontece no âmbito da lógica racionalista vigente, mas sim descortinar uma série de possibilidades alicerçadas num conjunto de fatores-chave do presente (ver Pereira 2013a, 215-20 e Pereira 2013b).

Uma vez que as RI, enquanto ciência, se debruçam sobre as questões da segurança e da sobrevivência à escala global, e perante a potencial ameaça de uma nova fase de extinção em massa numa era em que as não-linearidades, as mudanças inesperadas e os efeitos de “feedback” serão cada vez mais comuns, o reconhecimento de que a política global é um sistema aberto é fundamental. Para manter a sua relevância e contribuir verdadeiramente para a segurança e a sobrevivência globais, os teóricos das RI terão de repensar a base racionalista e positivista que sustenta a maioria da produção científica na área.

Referências Bibliográficas

- Baie, Xuemei et al. "Plausible and Desirable Futures in the Anthropocene: A New Research Agenda." *Global Environmental Change* 39 (2016): 351-362.
- Bernstein, Steven et al. "God Gave Physics the Easy Problems: Adapting Social Science to an Unpredictable World." *European Journal of International Relations* 6, no 1 (2000): 43-76.
- Bhaskar, Roy. "Contexts of Interdisciplinarity: Interdisciplinarity and Climate Change." Em *Interdisciplinarity and Climate Change. Transforming Knowledge and Practice for Our Global Future*, editado por Roy Bhaskar et al., 1-24. Nova Iorque: Routledge. Edição Kindle, 2010.
- Crutzen, Paul J. e Eugene F. Stoermer. "The Anthropocene". *Global Change Newsletter* 41 (2000): 17-18.
- Cudworth, Erika e Stephen Hobden. *Posthuman International Relations: Complexity, Ecologism and Global Politics*. Londres: Zed Books, 2011.
- Dalby, Simon. "Geographies of the International System: Globalization, Empire and the Anthropocene." Em *International Studies. Interdisciplinary Approaches*, editado por Pami Aalto, Vilho Harle e Sami Moiso, 125-48. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2011.
- Dean, Jonathan R., Melanie J. Leng e Anson W. Mackay. "Is there an isotopic signature of the Anthropocene?" *The Anthropocene Review* 1, no 3 (2014): 276-287.
- Gillings, Michael R. e Elizabeth L. Hagan-Lawson. "The cost of living in the Anthropocene". *Earth Perspectives* 1 (2014): 1-11.
- Godet, Michel e Philippe Durance. *Strategic Foresight: For Corporate and Regional Development*. Paris: UNESCO, 2011.
- Heng, Yee-Kuang. "Ghosts in the Machine: Is IR Eternally Haunted by the Specter of Old Concepts?" *International Politics* 47, no 5 (2010): 535-56.
- Kavalski, Emilian. "Complexifying IR: Disturbing the "Deep Newtonian Slumber"." Em *World Politics at the Edge of Chaos: Reflections on Complexity and Global Life*, editado por Emilian Kavalski, 253-75. Nova Iorque: State University of New York Press. Edição Kindle, 2015.
- Kolbert, Elizabeth. *The Sixth Extinction: An Unnatural History*. Nova Iorque: Henry Holt and Co, 2014.
- Pereira, Joana C. *Segurança e Governança Climáticas: O Brasil na Cena Internacional*. Tese de Doutorado em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013b. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/11802>.
- Pereira, Joana C. "O Brasil e a Governança Climática Global (2020-2024): Entre o Conservadorismo e o Reformismo de Vanguarda". *Carta Internacional* 8, no 1 (2013b): 91-110.
- Rockström, Johan et al. "A Safe Operating Space for Humanity." *Nature* 461 (2009): 472-75.
- Steffen, Will, Paul J. Crutzen e John R. McNeil. "The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature?" *Ambio* 36, no 8 (2007): 614-21.
- Universidade de Leicester. "Media Note: Anthropocene Working Group (AWG)". 29 de agosto, 2016. Consultado em 4 de setembro, 2016. <http://www2.le.ac.uk/offices/press/press-releases/2016/august/media-note-anthropocene-working-group-a>

wg.

Wight, Colin. "Theorizing International Relations: Emergence, Organized Complexity, and Integrative Pluralism." Em *World Politics at the Edge of Chaos: Reflections on Complexity and Global Life*, editado por Emilian Kavalski, 31-52. Nova Iorque: State University of New York Press. Edição Kindle, 2015.

Zalasiewicz, Jan et al. "The New World of the Anthropocene." *Environmental Science and Technology* 47, no 7 (2010): 2228.

Joana Castro Pereira é Prof.ª Auxiliar na Universidade Lusíada — Norte (Porto, Portugal) e Doutorada em Relações Internacionais — Globalização e Ambiente

Editoria Mundorama. "A Política Global como Sistema Aberto: Desafio para as Relações Internacionais no Antropoceno, por Joana Pereira". *Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*,. [Acessado em 21/01/2019]. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=19821>>.

Call for Papers - International Security and Defense: Taking stock of Brazil's changes - a Special Issue of RBPI

By Mundorama | Volume 10 - No. 110 - Outubro - 2016



In the last 30 years or so, after the end of military rule, Brazil has increasingly redefined both its internal arrangements and procedures and its own international standing and activities in many subjects and arenas related to traditional security-related issues. Brazil has become a full member of the Non-Proliferation Treaty — NPT, and has been very active there, like in the Review Conference of 2000, when the New Agenda Coalition submitted and approved the “13 Practical Steps on Nonproliferation and Disarmament”; Brazil also came to participate in the Nuclear Suppliers Group — NSG; but Brazil strongly resists to sign an agreement based on the Model Additional Protocol with the International Atomic Energy Agency — IAEA, and is also skeptical of the “State-Level Approach”.

Brazil has also raised its profile on Peace Operations, particularly with its role in the United Nations Mission for the Stabilization of Haiti — MINUSTAH; but Brazil has also expressed its concerns about them, and proposed its own vision of “Responsibility While Protecting”. While aspiring to a permanent seat at the United Nation’s Security Council, Brazil argues for making it more representative. Brazilian security-related activity has also increased regionally, most noticeably its consistent commitment to UNASUR and related initiatives.

Domestically, Brazil has thoroughly reorganized its intelligence-related activities, by establishing the Brazilian Intelligence Agency — ABIN, to such extent that its staff and personnel are recruited by regular, open selection procedures. At Congress, the Intelligence Activity Control Committee — CCAI, composed of both senators and representatives, is in charge of overseeing and supervising ABIN’s activities. Finally, in 2016, the National Intelligence Policy was published — sixteen years after the law mandating it was enacted. Brazil has created its Ministry of Defense, headed by civilian Ministers, and has since been redefining the relationships among the Armed Services; between them and the whole government; and between them and civil society at large. Particularly, during this period, Brazil has been regularly stating its National Defense Policies and, more recently, its National Defense Strategies, with participants from outside the Ministry of Defense and from outside the Government, and including scholars and journalists.

Lately, ambitious programs for equipment acquisition and/or development have been created or given renewed momentum, some of them with potentially significant international implications, like the push for a Nuclear Submarine — the first ever to be deployed by a NPT party that is not a Nuclear Weapon State, which creates new challenges for safeguards, monitoring and verification-related activities. But there are other major endeavors, such as the Aeronautical Program, that have also been subject to the ebbs and flows of economic booms and crises, and at least until recently had regained some momentum, and it's about time for a more consistent thorough appreciation.

Of course, there are other relevant activities outside of government agencies. Recently, Embraer developed its transport aircraft, for many a significant achievement in the area. As the uranium-enrichment plant at Resende enters goes into full operation, Brazil will qualify as a major and important player in the international nuclear-energy markets. The Multipurpose Nuclear Reactor, to be developed jointly by Brazil and Argentina, is another significant development in the nuclear field. The defense industry has also seen some sort of revival, and also shipyard activity seems to have awakened from a long rest — in both cases, at least for a while. Finally, even the scientific community, which for so long has been rather skeptical of anything “defense” or “security”, has now come to address those issues, and this is now a blossoming, vigorous area of research.

These are only some examples of what has been happening in this area. Still, many challenges persist.

Oversight of other some intelligence organizations — particularly those of Federal and states' police organizations and those of the Armed Services — is not as extensive, and recruitment not so transparent. CCAI's activity varies significantly according to actual membership, and sometimes it can become more reactive than proactive. Some pieces of legislation have become quite controversial, such as that on Terrorism. Advances on gender, race and inequality issues in security-related agencies would benefit from more systematic assessment of their extent, significance and insufficiencies. The absence of a civilian bureaucracy for the Ministry of Defense makes it necessary that the Armed Services make their own personnel available to it, which is detrimental to the Services, sometimes to those officers' careers, and their inputs to the Ministry's activities are necessarily filtered by each Service's perspectives — due to long socialization within them, in contrast to their comparatively short terms at the Ministry. The Resende plant has already been subject of some spat between Brazil and IAEA, and it's not impossible that issues might arise again. Brazil's resistance to the Additional Protocol is starting to cause some discomfort in some countries and arenas. Recent developments throughout the world have been challenging UNSC's effectiveness, and even Peace Operations are under closer scrutiny. And, finally, some issues about the past are still cause of controversy, as the controversies about the Truth Committees and the Amnesty Act bear witness. And also this is by no means an exhaustive list.

[Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI](#) will publish from July 2017 a special issue to be edited by Eugenio Diniz (Professor of International Relations at the Pontifical Catholic University of Minas Gerais, Belo Horizonte, Brazil). This special issue aims at contributing to a more thorough and systematic assessment of Brazil's domestic and international changes in matters related to defense and traditional-security issues since redemocratization. Therefore, we welcome submissions focused on issues like: defense and intelligence organizations, procedures and relations to other government agencies and society at large; the international reactions to and impact of Brazilian activities, governmental or not, in defense and security-related matters, including in the nuclear field; Brazil's relations, behavior and initiatives in international institutions dedicated to defense and security, and other forms of international governance of related matters; the roles and relations between governmental defense, security and intelligence organizations and Brazilian Congress and society; the regional dimensions of Brazilian defense and security initiatives and arrangements; gender, ethnicity and inequality issues within defense, foreign and intelligence establishments; and other issues related to those.

RBPI is published exclusively on line at [SciELO](http://www.scielo.br/rbpi) (<http://www.scielo.br/rbpi>), following the continuous publication model. This model gives faster publication for authors and also faster access for readers, because the articles are published on line at the very moment their editorial production is finished.

All submissions should be original and unpublished, must be written in English, including an abstract of 70-80 words (and three keywords in English), and follow the Chicago System. They must be in the range of 8.000 words. The deadline for submissions is May 30th 2017. Submissions must be done at <http://www.scielo.br/rbpi> ([On Line Submissions](#)).

Carta Internacional publica No. 1/2016

By Mundorama | Volume 10 - No. 110 - Outubro - 2016

A [Revista Carta Internacional](#), publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI, divulga o seu primeiro número de 2016.

A Carta é uma revista quadrimestral, que recebe, em fluxo contínuo, artigos inéditos redigidos em português ou em inglês. Todo o processo de submissão é feito online, mediante observação das diretrizes para os autores, detalhadas no site <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/about/submissions#authorGuidelines>

O número em questão é composto pelos seguintes artigos:

- Armamentos Nucleares: Dissuasão e Guerra Nuclear Acidental
- As políticas industrial e infraestrutural durante o Governo Lula: implicações e desafios da adoção do modelo do Estado Logístico para o Brasil
- Governança global do clima: proposta de um marco analítico em construção
- A Irmandade Muçulmana Egípcia: Aspectos transnacionais e nacionais de sua atuação política
- Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança (quase) esquecida
- A cooperative Global South? Brazil, India, and China in multilateral regimes
- A Coluna Prestes e as relações Brasil-Argentina na década de 1920
- O Degelo do Ártico no Século XXI: Fim do Isolamento Russo?
- Eleições diretas no Parlamento Andino: a percepção popular sobre a integração regional
- Brasil: ator unipolar na América do Sul?

A versão completa da edição pode ser acessada [aqui](#)

Taiwan: Um Futuro Formoso para a Ilha Depende da Reintegração à China, por P.A. Pereira Pinto

By Mundorama | Volume 10 - No. 110 - Outubro - 2016

No livro “Taiwan - um futuro formoso para a ilha?”, que publiquei em 2005, pela editora da UFRGS, tratei dos esforços das autoridades da ilha chinesa de Taiwan, no sentido de provocar o reconhecimento de que existiriam “dois Governos através do estreito”. Isto é, Taiwan e China seriam governadas por “entidades políticas” distintas.

Verifiquei, a propósito, que, em 22/09/2016, Mundorama publicou o artigo “Noting the contextual Differences of International Relations around the World? A Taiwanese Perspective, by Tony Liu”, acadêmico da província chinesa de Taiwan, que bem no estilo que conheci, durante o período entre 1998 e 2006, durante o qual servi naquela “ilha rebelde”, insiste em buscar argumentos para uma justificativa par a existência de Formosa como “estado independente”.

Tendo em vista que o tema “ainda não expirou”, bem como persiste “fogo amigo” de produção acadêmica a favor do reconhecimento oficial da “República da China”, peço vênha para reiterar argumentos já apresentados, a partir de uma visão asiática, quanto ao fato de ser aquela ilha apenas uma província chinesa.

Introdução

Para a surpresa de observadores em Taipé, Lee Teng-hui, em 09 de julho de 1999, durante entrevista à radio alemã Deutche Welle, pela primeira vez definiu, abertamente, as relações entre a China e Taiwan como “entre dois Estados, pelo menos uma relação especial entre dois Estados”. Agregou que Taiwan não necessitava declarar independência, pois a “República da China” já era “um país independente” desde sua fundação, em 1912.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros de Taiwan e autoridades locais confirmaram, imediatamente, esta nova política taiwanesa para as relações com a RPC. Doravante, não haveria mais referências a “um país”. O diálogo entre Pequim e Taipé, portanto, deveria ser, a partir de então, conduzido entre entidades políticas soberanas e, não, entre um Governo legítimo e uma província rebelde, conforme a China continuava a insistir.

Na forma em que era possível antecipar, os chineses reagiram com contundência. Ao exigir o retorno à política de “uma China”, Pequim declarava que Lee tinha dado “um passo extremamente perigoso” em direção à divisão da China e o avisou de que “estava brincando com fogo”. Os chineses reiteraram, também, que não haviam renunciado ao emprego da força militar, caso a ilha seguisse o caminho independentista.

Segundo o jornal “South China Morning Post”, de Hong Kong, em 14 de julho daquele ano, citando autoridades chinesas, “Lee tinha levado a população de Taiwan e seus patrocinadores estrangeiros em direção da própria destruição com sua aventura separatista e suicida”. Até então, Pequim costumava referir-se a Lee como “o traidor do milênio”. A partir de então, lhe deram um “upgrading” para “bebê defeituoso de proveta, gerado nos laboratórios anti-China”.

Houve amplas especulações sobre a possibilidade de uma pronta reação armada. Exercícios militares chineses - aparentemente já programados - foram noticiados como preparativos para uma invasão. Editorias na RPC criticavam a teoria dos “dois Estados”. Afirmava-se que a China não hesitaria em atacar, mesmo diante da resistência dos EUA.

Digna de registro, também, foi a reação norte-americana que, através do porta-voz do Departamento de Estado, apenas reiterou a conhecida posição de Washington, com respeito aos “três não”, a saber: não à independência de Taiwan; não a “duas Chinas”; e não à participação formosina de organizações internacionais reservadas a Estados. Nessa perspectiva, os EUA e a RPC pareciam, naquele momento, ter posições idênticas quanto à provocação de Lee.

Da mesma forma, o Japão comprometeu-se a manter a mesma política de adesão ao princípio de “uma China”. Outros países asiáticos manifestaram-se contrários à iniciativa de Lee, de proclamar a existência de “duas Chinas”.

Em certa medida, a nova moldura apresentada pelo líder formosino traduzia, apenas, as ações desencadeadas pela diplomacia da ilha, desde 1993, quando foram iniciados os esforços no sentido do ingresso na ONU. Isto é, a Carta da organização exige a condição de Estado a seus participantes. Os taiwaneses, portanto, ao pleitearem seu acesso, vinham defendendo a tese de que preenchiam as exigências requeridas, pois ocupavam um território claramente definido, com uma população identificada de 23 milhões de pessoas, com um governo capaz de executar políticas domésticas e assumir e cumprir compromissos internacionais. Dessa forma – segundo Taipé – haveria apenas argumentos políticos e, não “legais”, para que os chineses se opusessem à admissão de Taiwan na Organização das Nações Unidas.

Sobre o assunto, os defensores da iniciativa de Lee lembraram que houvera maior flexibilidade enquanto, por exemplo, as duas Alemanhas ou os dois Yemens foram membros da ONU. Duas Coreias continuam a integrá-la.

Opositores da ideia persistem na interpretação de que, nos casos alemão e coreano, as diferenças, em termos de população e território, são muito menores do que entre as “entidades políticas”, em cada margem do estreito. Além disso, apesar de não se reconhecerem mutuamente, Seul e Pyongyang não se opõem a que outros países – inclusive a China – reconheçam dois Estados soberanos, um ao Norte e outro ao Sul.

Nessa perspectiva, em nove de julho de 1999, o líder formosino, durante entrevista ao Deutsche Welle, em resposta a questão sobre o fato de que “Pequim considera Taiwan como uma província rebelde”, afirmou que “as relações através do estreito são especiais, entre Estados”.

O fato, conforme ressaltado acima, representou, sem dúvida, nova cena de partida para a evolução de cenários futuros da questão taiwanesa. Mesmo que Lee tenha, poucos dias depois, recuado da convicção com que formulara a afirmação citada no parágrafo anterior – alegando ter sido “mal interpretado” pela imprensa – as relações entre o continente e a ilha encontravam-se, doravante, em patamar distinto. No dia 26 daquele mês e ano, o então “Presidente” de Taiwan alegava que, em sua entrevista, havia colocado ênfase no fato da especificidade das relações através do estreito, que seriam “entre Estados”. Não havia, no entanto, formulado teoria alguma de “dois Estados”.

As observações de Lee, quanto à existência de um “relacionamento especial” entre a ilha e o continente, passaram a ser justificadas com base na necessidade de “estabelecer a fundação de uma paridade entre os dois lados do estreito, com vistas a elevar o nível do diálogo e ajudar a construção de um mecanismo de cooperação conducente à democracia e à paz”. Dessa forma, várias autoridades locais haviam reiterado que “não existe alteração na política de governo quanto à promoção do diálogo através do estreito, na implementação de acordos bilaterais e na busca de uma nova China, unificada sob a democracia, a liberdade e a prosperidade, no futuro”.

Os defensores de Lee continuavam esclarecendo que “nas cinco décadas, desde o estabelecimento da República Popular da China, em 1949, a China tem permanecido dividida pelo Estreito de Taiwan e governada por dois Estados soberanos”. As observações de Lee, quanto à existência de um relacionamento especial entre Estados, portanto, tinham – sempre de acordo com seus seguidores – os significados seguintes: “origens culturais e étnicas comuns garantem afinidade única entre os dois lados; as intensas trocas comerciais e entre as sociedades civis e diferentes setores não podem ser comparadas

com o intercâmbio entre quaisquer outros países divididos; e, o mais importante, as duas partes perseguem o objetivo de uma China unida no futuro, através de negociações em bases iguais”.

Tais desenvolvimentos e a explicação de que “uma China” seria condição futura, como não poderia deixar de ser, aumentaram, cada vez mais, as desconfianças chinesas com respeito a Lee Teng-hui. Nesse sentido, reformas constitucionais feitas recentemente e propostas para a ilha eram vistas, crescentemente, sob a perspectiva de que conduziriam à independência formosina.

Assim, verificava-se que, a partir do início da década de 1990, Lee vinha promovendo reformas à constituição de primeiro de janeiro de 1947, promulgada pelo Kuomintang, quando a República da China existia em Pequim. Assim, em 91, foram efetuadas “revisions of the constitution in procedures”, em 92, “revisions of the constitution in substance”, em 94, foi estabelecida a eleição direta presidencial, em 97, foram adotados novos processos legislativos, em 99 e 2000, regulamentava-se a Assembleia Nacional. Todas essas iniciativas foram realizadas sob o pretexto de introduzir medidas que proporcionassem a “democracia”.

Ficava cada vez mais claro, no entanto, que o real propósito de Lee Teng-hui era o de alterar dispositivo que proíbe seja submetido à consulta popular a questão da soberania. Isto é, a constituição revista viria a permitir fosse previsto que a população da ilha pudesse decidir sobre a independência. Nesse caso, Taiwan poderia buscar a proteção externa de sua independência através da assinatura de tratados militares com potências estrangeiras. Dessa forma, poderia ressurgir o Tratado de Defesa entre Taiwan e os Estados Unidos.

A reação internacional fria – gélida, no caso dos países mais próximos, que poderiam ser atingidos por eventual retaliação militar chinesa – contribuiu para que a crise fosse superada, em seus efeitos imediatos.

Nova cena de partida fora criada, no entanto, para a questão taiwanesa, uma vez que a moldura de “ambiguidade criativa”, que permitira as duas partes do estreito conviver pacificamente, durante os cinquenta anos anteriores fora abalada.

A Condicionante do Apoio dos EUA

Fator determinante deste novo quadro político, no entanto, seria a avaliação a ser feita pelos EUA, que desempenham, como se sabe, papel decisivo na dimensão de segurança do problema taiwanês.

Cabe recordar que o relacionamento não oficial entre Taiwan e os Estados Unidos é regido pelo: “Taiwan Relations Act” (TRA), 4 de abril 1979; e os três “Comunicados Conjuntos”: o de Xangai, de 28 de fevereiro de 1972; o que estabeleceu relações diplomáticas entre Washington e Pequim, de 01 de janeiro de 1979 e o sobre as vendas de armas para Taiwan, de 17 de agosto de 1982.

Uma vez rompidas as relações do Governo de Washington com Taipé, em 1979, verificou-se, na capital norte-americana, que havia sido criado um vácuo na defesa da ilha, contra eventual ataque do continente chinês. Antes da transferência do reconhecimento diplomático para Pequim os Estados Unidos mantinham com a “República da China” um Tratado de Defesa Mútua contra eventual ataque da República Popular da China. O Congresso dos EUA, portanto, decidiu apresentar a legislação consolidada no “Taiwan Relations Act”, contendo poderosos artigos defensivos. A proposta da legislação é, portanto, deter e prevenir a anexação de Taiwan pela China por meios que não sejam pacíficos.

Autoridades taiwanesas, no entanto, procuram interpretar a moldura contratual proporcionada pelo ato do legislativo norte-americano como um verdadeiro cheque em branco para exercício permanente de redefinição de discursos e avanços conceituais, sempre no sentido da independência da ilha.

Assim, para Taipé, o TRA serviria tanto ao objetivo de proteger a estabilidade e a segurança de Taiwan, quanto para facilitar o intercâmbio econômico, cultural e social entre a ilha e aquele país, articulando, nesse processo, a atuação dos poderes executivo e legislativo dos EUA na condução dos assuntos

taiwaneses.

De acordo com o ponto de vista taiwanês, o TRA incluiria cinco aspectos principais. O primeiro diria respeito ao fato de que, no ato em questão, Taiwan seria tratada, praticamente, como um Estado. Nesse sentido, é oficialmente chamada de “Taiwan”, ao invés de “República da China”.

Em segundo lugar, o Ato vincularia a segurança da ilha fortemente aos mecanismos de defesa dos EUA na Ásia-Pacífico. Uma vez que Taiwan corresse perigo, caberia a Washington prestar atenção. Todas as questões referentes ao futuro taiwanês deveriam ser resolvidas pacificamente.

O terceiro aspecto referir-se-ia ao fato de que, para ajudar na manutenção da paz, segurança e estabilidade na região, os EUA oferecerão vendas de armas na quantidade necessária para equipar a ilha com capacidade de autodefesa adequada.

Em quarto, para promover a democracia e proteger direitos humanos dos taiwaneses, os EUA ajudariam a manter e expandir o espaço diplomático da ilha em organizações internacionais.

Finalmente, em quinto, o TRA e os Três Comunicados estabeleceriam as bases para a política de Washington de “uma China”. Nesse sentido, os taiwaneses procuram fazer ver que, de acordo com o sistema constitucional norte-americano, o “Ato” teria precedência sobre os três outros documentos. Isto porque, enquanto o TRA foi tramitado no Congresso norte-americano e entrou em vigor como legislação “interna” norte-americana, os três comunicados são apenas “acordos administrativos” entre os Presidentes da China e dos EUA.

Verifica-se, a propósito, que a RPC não cessa de reiterar a promessa de utilização da força, caso Taiwan declare independência. Segundo a percepção dos dirigentes chineses, ao chegar ao poder, em 2000, Chen Shui-Bian teria o real propósito de provocar tal separação e, portanto, a ameaça do emprego de meios militares seria o último obstáculo a ser oposto a seus propósitos.

Em contrapartida, os constantes acenos bélicos de Pequim levam a ilha a buscar o fortalecimento permanente de suas defesas. Segundo especialistas, caso Pequim optasse pelo emprego da força contra iniciativa independentista de Taipé, entre os principais cenários poder-se-ia mencionar os seguintes: A) a invasão militar em larga escala, com a conseqüente enorme baixa de seus soldados; B) ataques com mísseis, bombardeios aéreos e navais, sem invasão; C) o bloqueio naval completo ou parcial, com o apoio de mísseis; D) a ocupação temporária ou permanente de algumas pequenas ilhas, ora administradas por Taiwan, como Jinmen, Mazu, Tatan, Erhatan, Wuchiu e Tungyin, que seriam presas mais fáceis a ataques anfíbios e aéreos; e E) guerra psicológica que incluísse ameaças de ataques contra alvos estratégicos, avisos para que terceiros países se mantenham afastados do espaço aéreo e marítimo taiwanês, indicação de iminentes bloqueios contra portos da ilha.

Cabe lembrar, a propósito, que são enormes as vulnerabilidades formosinas. Nos setores econômico e social, por exemplo, é grande a dependência local de variáveis externas. Sua economia apresenta enorme grau de abertura ao exterior, contando, para tanto, em 99.5%, com o transporte marítimo. Sem o apoio da Marinha dos EUA à defesa das rotas marítimas da ilha, os navios chineses poderiam, facilmente, realizar bloqueio naval dos principais portos. O fato de que Taiwan conta com poucas cidades de expressão tornaria esta tarefa ainda mais fácil. Ademais, a volatilidade dos capitais indicaria que haveria forte evasão de recursos financeiros, logo que houvesse suspeita de início de hostilidades. Da mesma forma, antecipasse, haveria forte emigração, com conseqüente ruptura na sociedade.

Sabe-se, também, que Taiwan teria renunciado a programa nuclear, na década de 1980, sob pressão dos Estados Unidos, tendo, em princípio, desistido de projeto de criação de armamento atômico próprio. Sempre por iniciativa de Washington, a ilha teria abdicado do desenvolvimento de mísseis de médio alcance, denominado “Projeto Pegasus”. Preservou, no entanto, a produção de mísseis terra-ar, anti-navios e para aviões militares.

As Dimensões da Questão Formosina

Na sequência deste exercício de reflexão, pretende-se analisar a evolução em curso do problema da reincorporação taiwanesa ao continente chinês em quatro dimensões principais: a de segurança, a política, a econômica e a cultural.

Dessa forma, para os chineses, a evolução favorável do problema dependeria do acordo, entre as duas margens do estreito, de que existe apenas “uma China”, representada pela RPC, da qual Taiwan faz parte. Em contrapartida, para os formosinos, a ilha deveria ser tratada em condições de igualdade, pelo continente. Para Taipé, Taiwan não seria uma província chinesa, mas, sim, um Estado, tal como a China.

Os cerca de 23 milhões de taiwaneses, como se sabe, encontram-se estreitamente vinculados à China continental, tendo em conta: a condição insular do território que ocupam, a 145 km. do litoral de um país, com 1.3 bilhões de pessoas; o fato de que este vizinho gigantesco considera Taiwan uma província chinesa; a existência de cultura compartilhada que persiste em unir as sociedades civis das duas margens, em função de valores, hábitos e até laços familiares; e a crescente integração econômica, que fortalece a tendência no sentido da formação de “uma grande China”.

Cenário favorável futuro para a questão taiwanesa, na dimensão de segurança, dependeria da consolidação de tendências como “não à independência, não à utilização da força”, de forma que nem Taipé tomasse a iniciativa de secessão do continente, nem Pequim persistisse com a ameaça de reintegração da ilha por meios militares.

Em seu patamar político, para os chineses, a evolução mais favorável seria a do acordo entre as duas margens do estreito de que existe apenas “uma China”, representada pela RPC, da qual Taiwan faz parte. Em contrapartida, para os formosinos, o ideal seria que a ilha fosse tratada em condições de igualdade, pelo continente, não como uma província chinesa, mas, sim, como um Estado, tal como a China.

Na dimensão econômica, a tendência mais favorável, para um cenário futuro ideal, nas relações através do estreito, seria aquele em que, a partir da adesão da China e Taiwan à OMC, em janeiro de 2002, e a outros órgãos reguladores da economia mundial, normas de mercado venham a ser arbitradas por entidade supranacional.

Na dimensão cultural, as sociedades civis, em ambas as margens do estreito, agiriam em benefício da unidade nacional, conforme tem prevalecido historicamente. Isto é, nessa esfera de relacionamento, existe somatório de interesses compartilhados, entre chineses e taiwaneses, que servirão de cimento para resgatar a identidade de uma nação. Entre esses mecanismos de cooperação, encontra-se a capacidade chinesa, demonstrada através da História, de fazer prevalecer, diante de adversidades variadas, os valores mais importantes de sua civilização.

Existe, assim, por um lado, a percepção das vantagens que a economia chinesa oferece à taiwanesa e, por outro, a noção do perigo que uma integração crescente entre as duas margens representa para as dimensões de segurança e política da questão de Taiwan. Os favoráveis às livres forças de mercado advogam que a transferência de fábricas, capital e capacidade gerencial para o continente significa o fortalecimento da economia formosina que, caso contrário, perderiam vantagens competitivas. Em contrapartida, os mais avisados quanto a assuntos de defesa e estabilidade interna insistem que a dependência excessiva da outra margem tornará a ilha vulnerável a decisões a serem tomadas não mais em Taipé, mas em Pequim.

Quando se analisam aspectos culturais, no entanto, verifica-se que representam, na verdade, uma condicionante de qualquer cenário alternativo futuro para a questão de Taiwan. Isto é, nessa esfera de relacionamento, existe, entre chineses e taiwaneses, somatório de interesses compartilhados por diferentes ações das sociedades civis, ora divididas e governadas separadamente, que servirão de cimento para resgatar a identidade de uma mesma nação, através do estreito.

Um futuro formoso para Taiwan, portanto, depende de que, entre os mecanismos de cooperação proporcionados pela identidade cultural comum entre os dois lados do estreito, encontra-se a capacidade, demonstrada historicamente, de fazer prevalecer, diante de qualquer adversidade, os valores mais importantes da civilização chinesa.

Assim aconteceu, por exemplo, quando a China foi invadida, durante séculos, em diferentes momentos, por mongóis e manchus. Sempre, aqueles que demonstraram superioridade militar, acabaram sendo absorvidos pela superioridade cultural chinesa.

Da mesma forma, voltará a ocorrer, após o período iniciado em 1949, durante o qual parte do território chinês tem estado inserido na fronteira ideológica de potência situada fora da região, que fornece armamento avançado e subsídios de “reflexão acadêmica” para sustentar tal divisão.

Paulo Antônio Pereira Pinto é Diplomata, Embaixador do Brasil em Minsk, Belarus, a partir de 2015. Foi Chefe do Escritório de Representação do MRE no Rio Grande do Sul (ERESUL), entre 2012 e 2014, Embaixador do Brasil em Baku, Azerbaijão, entre 2009 e 2012, e Cônsul-Geral em Mumbai, entre 2006 e 2009. Serviu, a partir de 1982, durante vinte anos, na Ásia Oriental, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura, Manila e Taipé. Na década de 1970 trabalhou, na África, nas Embaixadas em Libreville, Gabão, e Maputo, Moçambique e foi Encarregado de Negócios em Pretória, África do Sul. As opiniões expressas são de sua inteira responsabilidade e não refletem pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores.

Mundorama. "Taiwan: Um Futuro Formoso para a Ilha Depende da Reintegração à China, por P.A. Pereira Pinto". *Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*. [Acessado em 21/01/2019]. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=19845>>.

The changing picture of energy security by Larissa Basso

By Editoria Mundorama | Volume 10 - No. 110 - Outubro - 2016

Energy security has always been a key issue in foreign policy. Since the discovery of fossil fuels and their dissemination as energy sources, security of energy supply has been guaranteed by the ownership of large reserves of fossil fuels or by alliances with countries that possessed them. Recently, the world is experiencing a transition in the energy arena, however. Different actors have emerged as relevant players in oil and gas production; new technology has allowed other energy sources to be exploited and are becoming more and more cost-competitive; and overlapping issues have been added to the picture. Maintaining energy security has become much more complex.

The world is still highly dependent on fossil fuels: they provided 81.4% of global Total Primary Energy Supply in 2013 (IEA, 2015). Large oil producers whose reserves are easily reached and thus produce at a lower price still have comparative advantage in the energy market. But decades of high oil prices, resulting, mostly from controls by Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC), have turned the exploitation of unconventional oil sources into a cost-efficient business. More producers have joined the oil market; the US shale production, due to its scale, has decisively changed market dynamics.

Global oil prices are now a lot lower than they used to be because great producers – especially Saudi Arabia – decided that they want to take their market share back. They know that, in the long run, unconventional oil production cannot compete with their cheaper oil production. Yet, these countries are facing budgetary constraints due to lower oil prices, and it is uncertain if they could tolerate deficits much longer. And at the same time, it seems that shale oil and gas could become cheaper in the future due to further improvements in technology.

Social and environmental impacts of energy are also catalyzing change. Pollution records in different parts of the world have increased demand for cleaner electricity and fuel. Renewables are gaining space. These sources of energy – solar; wind; hydro; geothermal – are available locally and contribute to reduce energy dependency of countries that do not possess fossil fuel reserves. However, performance rates and intermittency are important issues. There is a global race in renewable energy technology; storage, in particular, is one of the areas in which gains from innovation are the most promising. But because renewables still require backup systems – usually provided by fossil fuels – they are not yet game changers in the geopolitics of energy.

But they might become, if climate policies become more stringent. At COP 21, in Paris 2015, UNFCCC members have agreed to a limit of 1.5°C in long-term average global temperature increase. However, their combined Intended Nationally Determined Contributions (INDCs) – in which each country specify which climate change mitigation and adaptation measures will be undertaken – do not guarantee it: even if all measures detailed are implemented, average global temperature would rise by 2.7°C (UNFCCC, 2016; Climate Action Tracker, 2015). If countries become more serious about climate change mitigation, around 80% of unused fossil fuels need to remain on ground (McGlade & Ekins, 2015). In this scenario, energy systems will need to become much more efficient and to rely a lot more on renewables.

Although this is currently still only a scenario – it will hardly become true if carbon pricing not is established and at a level that truly internalizes the impact of fossil fuels on climate – it would mean a major shift in the geopolitics of energy. Security of supply would still be crucial to any economy, but its meaning would change: in addition to reliability and affordability, sustainability would complete the energy security triplet. Low carbon energy technology would become a strategic asset in foreign policy and alliances could be built around renewable energy development. This would emphasize the 4th Industrial

Revolution that is already underway: global power is more and more detached from to the ownership of resources and more and more attached to innovation.

In summary, energy security has been, and will continue to be, a national priority. But both its meaning and the means to obtain it are changing. The global economy is still very dependent on fossil fuels, and producers that can supply them at lower prices still have comparative advantage. But they are losing space to unconventional oil and gas. Renewables would become contenders if envisioned technology gains take place, especially if a global carbon price is established. The energy market is becoming much more dynamic, and this is not a temporary feature: it is the trend for the future. And in any dynamic situation, having knowledge is more relevant than owning resources. In the 21st Century, therefore, security of energy supply is intrinsically connected with innovation, and alliances to develop technology seem to be the best investment a country can make to guarantee energy security in the near future.

References:

Climate Action Tracker (2015): *2.7°C is not enough - we can get lower*. Available at <http://climateactiontracker.org/assets/publications/briefing_papers/CAT_Temp_Update_COP21.pdf>, access 29 Aug 2016.

International Energy Agency IEA (2015): *Key World Energy Statistics*. Available at <https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/KeyWorld_Statistics_2015.pdf>, access 29 Aug 2016.

McGlade, Christophe and Ekins, Paul (2015): 'The geographical distribution of fossil fuels unused when limiting global warming to 2°C'. *Nature*, v. 517, p. 187-202.

UNFCCC (2016): Aggregate effect of the intended nationally determined contributions: an update. Available at <<http://unfccc.int/resource/docs/2016/cop22/eng/02.pdf>>, access 29 Aug 2016.

ERRATA

On our column published in 19 Aug 2016, where it reads "[...] the Trust and 07 children won the case against the Oregon Department of Ecology [...]" it should read "[...] the Trust and 07 children won the case against the Washington Department of Ecology [...]". We thank Curtis Morrison, from Our Children Trust, for the correction.

Larissa Basso is a PhD Candidate and member of the International System at the Anthropocene and Climate Change Research Network at the Institute of International Relations of University of Brasília as well as a Visiting Scholar at University of California San Diego, School of Global Policy and Strategy. Contact: <larissabasso@gmail.com>

Editoria Mundorama. "The changing picture of energy security by Larissa Basso". *Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*,. [Acessado em 21/01/2019]. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=19858>>.

A agricultura na Cooperação Técnica Brasil-África: avaliações de iniciativas pós-2003, por Wallace Ferreira

By Editoria Mundorama | Volume 10 - No. 110 - Outubro - 2016

Não é sem motivos que a agricultura está entre as principais áreas de concentração da cooperação técnica brasileira entre os países em desenvolvimento. O Brasil consegue produzir de forma competitiva as mais diversas *commodities*, tendo uma agricultura moderna e diversificada.

A formação do G-20 comercial e a situação de *demandeur* na área agrícola representaram o retorno de Brasília a dois tabuleiros de atuação diplomática, o da cooperação Sul-Sul e o da negociação de concessões comerciais com os principais parceiros do Norte - via negociações na Rodada de Doha. O poder brasileiro, por sua vez, está centrado na alta competitividade das suas exportações agrícolas (LIMA, 2005).

Decorre daí que o objetivo da cooperação técnica nesse segmento consiste em intensificar o relacionamento Brasil-África, tendo em vista a experiência adquirida pelo país na agricultura tropical e o grande potencial receptor do continente africano. Essa cooperação envolve uma multiplicidade de ações de capacitação, transferência de conhecimento e realização de projetos.

Sublinha-se, nesse âmbito, a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na oferta de capacitação e realização de ações conjuntas com países africanos, com foco na transferência de tecnologias, mediante o compartilhamento de conhecimentos e de experiências no desenvolvimento da agropecuária, agrofloresta e meio ambiente. Exemplo foi a abertura de Escritório Regional para a África, sediado em Acra, Gana, tendo iniciado suas atividades em 2007 e formalmente inaugurado pelo Presidente Lula em abril de 2008. Esse tipo de cooperação se espalhou por várias partes do continente africano ao longo desse governo, não se prendendo apenas aos conhecidos países de língua portuguesa.

O quadro abaixo discrimina alguns resultados divulgados pelo Itamaraty, cujos projetos têm sido coordenados pelo Ministério das Relações Exteriores, mas tem envolvido uma série de outras entidades estatais e privadas:

Resultados alcançados:

- De 2003 a 2010 a cooperação Brasil-África na área da agricultura desenvolveu mais de 50 instrumentos jurídicos internacionais, entre Acordos, Memorandos de Entendimento, Ajustes Complementares e Programas de Trabalho, assinados desde 2003, com 18 países africanos.

- Em 2006, teve início um dos projetos de cooperação agrícola mais relevante em escala no continente, o projeto "Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos Países do C-4", conhecido como "Projeto Cotton-4". Capitaneado pela Embrapa e pela ABC, o projeto consiste em apoio brasileiro para o aumento da competitividade da cadeia produtiva do algodão em *Benin, Burkina Faso, Chade e Mali*, países fortemente prejudicados pelos baixos preços internacionais do algodão e pelos intensos subsídios praticados por países desenvolvidos. A face mais visível do projeto é a instalação, no Mali, de fazenda modelo para a produção de algodão, incluídos um laboratório para a realização de pesquisas visando a adaptação das variedades de algodão produzidas pela Embrapa às condições africanas e centro de treinamento para a capacitação de pesquisadores de todo o continente. O investimento do governo brasileiro no projeto é de aproximadamente US\$ 4,7 milhões.

- O alto perfil alcançado pelo Brasil na área de cooperação em desenvolvimento agrícola ficou patente quando da realização da XIII Cúpula da União Africana, em Sirte, Líbia, em 1º de julho de 2009. O eixo

temático escolhido para o encontro continental foi “*Investindo em Agricultura para o Crescimento Econômico e a Segurança Alimentar*”, e o convidado foi o Presidente Lula.

- Dando seguimento às discussões de Sirte, o Brasil realizou em Brasília, de 10 a 12 de maio de 2010, o “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”. O evento contou com a participação de representantes de 45 países africanos – contando 39 Ministros de Estado -, além de organismos multilaterais globais e regionais, e entidades da sociedade civil brasileira e africana.

- Na cooperação em agricultura, chama atenção, ainda, o relacionamento entre os setores privados brasileiro e africano. Foram realizados o Fórum Brasil-Sudão de Investimento e Comércio em Agricultura e Recursos Animais (2008) e uma feira de equipamentos e tecnologia brasileira do setor agrícola em Dacar, Senegal (2009).

- A Embrapa foi contratada pelo Governo de Angola, em bases comerciais, para a estruturação de sistema angolano de pesquisa agropecuária, em 2009.

- Duas usinas de etanol brasileiras foram compradas e transportadas, inteiras, para dois países africanos, em operações comerciais privadas: Sudão (2008) e Zimbábue (2009).

Fonte: ÁFRICA – AGRICULTURA, 2015.

Ainda nesse campo, devemos destacar o ProSavana (Programa de Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais). Essa iniciativa é baseada no PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados), um projeto de cooperação desenvolvido através de parceria entre o Brasil e o Japão, durante as décadas de 1970 e 1980, ao qual se atribui a transformação do cerrado brasileiro em uma das regiões agrícolas mais produtivas do país.

Localizado no Corredor de Nacala, área fértil do Norte de Moçambique, com 14,5 milhões de hectares, esse programa trilateral é coordenado pelos governos do Brasil, Moçambique e Japão, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério da Agricultura de Moçambique (MINAG) e da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

Com o oferecimento de suporte direto a 400 mil pequenos e médios agricultores, pretende-se melhorar a competitividade do setor rural da região, tanto em matéria de segurança alimentar (a partir da organização e aumento da produtividade da agricultura familiar), quanto na geração de excedentes exportáveis (a partir do apoio técnico à agricultura orientada para o agronegócio) (RESUMO EXECUTIVO PROSAVANA, 2011 *apud* AVELHAN, 2014). Segundo o discurso oficial das entidades envolvidas, ao final do ProSavana, espera-se um desenvolvimento significativo do agronegócio na região, com a implantação de vários aglomerados agrícolas até 2030 (AVELHAN, 2014).

Em maio de 2013, no entanto, 23 entidades religiosas, agrárias e de direitos humanos moçambicanas, além de 43 organizações internacionais, enviaram uma [carta aberta](#) a então presidente Dilma Rousseff, ao então presidente moçambicano, Armando Guebuza, e a Shinzo Abe, atual primeiro-ministro do Japão. Nela, as entidades apontam risco de séria e iminente ameaça de usurpação de terras das populações rurais e remoção forçada de comunidades de áreas que atualmente ocupam, considerando que 4 milhões de moçambicanos são camponeses. Elas reclamam da falta de debate e transparência quanto aos objetivos do projeto (FAMA; ANESI, 2013).

Numa perspectiva crítica ao programa, Mello (2015) salienta que, enquanto a narrativa dos governos argumenta que o ProSavana visa fortalecer a produção de alimentos para consumo interno, uma análise dos documentos que orientam a sua implantação revela que uma grande parte da região será tomada por projetos agrícolas voltados para exportação, e outra parte tratará de incorporar uma pequena parcela do campesinato local à cadeia empresarial. Isso fica evidenciado com a preparação de uma infraestrutura de portos para a exportação da produção. Estão planejados monocultivos de soja, milho (para ração animal e não para alimentação humana, sendo que o milho é de longe a principal base alimentar do país), algodão,

florestas plantadas de eucalipto, indústria de frangos e produção de alimentos.

Desse modo, as organizações que representam os camponeses do Norte de Moçambique temem que o modelo a ser implantado resulte em massivos reassentamentos e expulsão de suas terras, e portanto em um aumento ainda maior da insegurança alimentar no país. Teme-se, ainda que se repita em Moçambique algumas situações verificadas no Brasil: conflitos entre a agricultura familiar e camponesa com o modelo de agricultura oriundo do latifúndio, baseado na concentração fundiária; extensos monocultivos de *commodities* voltadas para exportação; e uso intensivo de agrotóxicos.

Por fim, diz Mello (2015), a principal demanda das organizações que representam os camponeses é por informações e pelo direito a serem consultados. Porém, as respostas dos governos é que quando os planos estiverem prontos eles serão informados. Os camponeses demandam também que, ao invés de grandes projetos empresariais com investidores estrangeiros, a cooperação brasileira priorize levar as experiências de programas e políticas públicas conquistadas pelos movimentos sociais do campo no Brasil que apoiam a agricultura familiar e camponesa, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos.

Referências Bibliográficas:

ÁFRICA - AGRICULTURA. In: Balanço de Política Externa (2003-2010). Ministério das Relações Exteriores/Secretaria de Planejamento Diplomático. 2015. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/andreeiras/BalancoPolExt2003-2010.zip?attredirects=0&d=1#sthash.Ei2gdrBU.dpuf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

AVELHAN, Livia Liria. *A presença brasileira na África: um estudo sobre o Programa Embrapa-Moçambique.* In: Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional. Vol. 02, nº 03, Dez. 2014. Disponível em: <<http://labmundo.org/2014/wp-content/uploads/2015/04/11871-41404-1-PB.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

FAMA, Andrea; ANESI, Cecilia. *Projeto agrário apoiado pelo Brasil é alvo de críticas em Moçambique.* In: Folha de São Paulo. 30 de nov. de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/11/1378723-projeto-agrario-apoiado-pelo-brasil-e-alvo-de-criticas-em-mocambique.shtml>>. Acesso em: 27 set. 2016.

LIMA, Maria Regina Soares de. *A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul.* In: Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 48, nº 1, pp. 24-59, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

MELO, Fátima. *Um olhar crítico sobre a cooperação internacional.* In: GRABOIS - Fundação Maurício Grabois. Artigos. 14 de julho de 2015. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/noticia.php?id_sessao=8&id_noticia=12189>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Walace Ferreira é Doutor em Sociologia pelo IESP/UERJ, e Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Editoria Mundorama. "A agricultura na Cooperação Técnica Brasil-África: avaliações de iniciativas pós-2003, por Walace Ferreira". *Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*,. [Acessado em 21/01/2019]. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=19861>>.

A Evolução da Estratégia Contraterrorista dos Estados Unidos, por Marcos Degaut

By Editoria Mundorama | Volume 10 - No. 110 - Outubro - 2016

1. EVOLUÇÃO POLÍTICAS CT

O 11 de setembro de 2001 representou, muito apropriadamente, um daqueles eventos históricos capazes de alterar a grande estratégia de uma nação, assim como Pearl Harbor, na década de 1940. Evidentemente, um evento dessa natureza não poderia deixar de simbolizar um marco de mudança nas doutrinas e estratégias contraterroristas nos EUA.

Na década de 1960, por exemplo, o terrorismo, particularmente o extremismo islâmico, raramente afetava a vida e o estilo de vida dos americanos diretamente. E quando o fazia, o número de vítimas era normalmente muito baixo e as implicações políticas e históricas eram superficiais.

Nesse período, os presidentes norte-americanos eram sistematicamente aconselhados a evitar o envolvimento direto na formulação de políticas contraterroristas, visto que na percepção dos policymakers da época, havia pouco que se pudesse fazer para prevenir atos terroristas. Seria, assim, mais conveniente preservar a Casa Branca de críticas, caso essas políticas não funcionassem.

Nas décadas de 1970 e 1980, contudo, crescentes ameaças terroristas domésticas e estrangeiras levaram à formação de grupos de trabalhos e forças-tarefa contraterroristas em diversas agências governamentais, que operavam de forma isolada.

Enquanto vultosos recursos eram colocados à disposição dessas agências por sucessivos presidentes e pelo Congresso, esses mesmos atores se esquivavam da tarefa de fornecer diretrizes políticas, estratégicas e operacionais claras, além dos instrumentos legais necessários, para o devido enfrentamento dessa ameaça.

A percepção existente era a de que precedentes históricos sugeriam que estados muito ansiosos por combater o terrorismo - à semelhança dos casos peruano, colombiano e argentino - acabavam por, involuntariamente, conferir certa legitimidade a grupos insurgentes, ao fornecer respostas excessivamente brutais ou desproporcionais à gravidade da ameaça.

A ideia prevalente era que medidas de segurança excessivamente zelosas poderiam levar a população a apoiar movimentos terroristas. Nesse sentido, enquanto o curso de atuação moderado do estado não minasse a confiança da população na capacidade estatal de mantê-la segura, não parecia uma estratégia útil agir de forma mais assertiva.

O 11 de setembro de 2001 mudou radicalmente essa situação. Os inéditos ataques maciços em território americano deixaram a população local claramente consciente da presença e da escala representada pelo fenômeno terrorista. O estado mais poderoso do mundo, o “vencedor da Guerra Fria”, começou a encarar o terrorismo como a principal ameaça à sua segurança nacional e interesses estratégicos. O combate ao terrorismo hoje molda as políticas domésticas e externas dos EUA nos mais altos níveis.

Os ataques do 11 de setembro, porém, não apenas destruíram o sentimento de segurança e invencibilidade dos EUA, mas também evidenciaram a inabilidade da comunidade de inteligência americana em “conectar os pontos”, devido a seus mecanismos ineficientes de disseminação e compartilhamento de informações e à falta de articulação e coordenação entre as diversas agências de inteligência.

Também evidenciou a excessiva “politicização” dos serviços de inteligência e sua gigantesca burocracia, o

que resultou na quase absoluta negligência quanto aos inúmeros avisos acerca da iminência de um maciço atentado terrorista em solo americano, inclusive com a utilização de aeronaves, e da precária capacidade de prevenção do país para ataques dessa natureza.

Nesse novo contexto, o primeiro desafio foi mudar o modelo mental utilizado pela Casa Branca, pelo Congresso e pelas Forças Armadas, acostumados com a contenda bipolar, com inimigos ideológicos e com o espectro de uma guerra nuclear, para analisar e avaliar as ameaças concretas ao país, incluindo as de âmbito doméstico e as perpetradas por atores subestatais.

Segundo, era necessário desenvolver um novo arcabouço jurídico, institucional e operacional para lidar com o terrorismo.

A partir de 2001, sucessivos governos, principalmente a Administração Bush, aprovaram uma série de leis e ordens executivas para impedir outro ataque de larga escala em solo americano e restaurar um sentimento de segurança em uma nação devastada pela tragédia.

Como resultado, começou-se a ser implementada a maior reorganização e reforma da comunidade de inteligência americana desde 1947, a qual, dentre outras medidas, criou o Conselho de Segurança Nacional e a Agência Central de Inteligência (CIA).

Contudo, ao executar essas leis, as administrações Bush e Obama foram sistematicamente criticadas por comprometer direitos civis e o devido processo legal em nome da segurança nacional. Foi aberto, então nos EUA, e posteriormente nas democracias europeias, o debate sobre o binômio liberdade/segurança – isto é, mais especificamente, sobre o quanto a liberdade e a preservação dos direitos humanos deveriam recuar em nome do imperativo da segurança.

Estratégia Contraterrorista Pós-2001

A nova estratégia contraterrorista repudiou a antiga política de privar grupos terroristas da atenção que buscavam e, de forma assertiva, se baseou nos seguintes princípios e dimensões:

1. Negar aos terroristas abrigos seguros (*safe havens*), por meio da condução de operações militares ofensivas.

Assim poucas semanas após os 11/09, os EUA lideraram uma coalizão militar internacional no Afeganistão para desbaratar a al-Qaeda e a Guerrilha Talibã. Embora a liderança desses grupos tenha se deslocado para o Paquistão, muito de sua estrutura foi destruída, líderes intermediários foram eliminados e uma clara mensagem foi enviada: ataques ao Estados Unidos não seriam realizados impunemente.

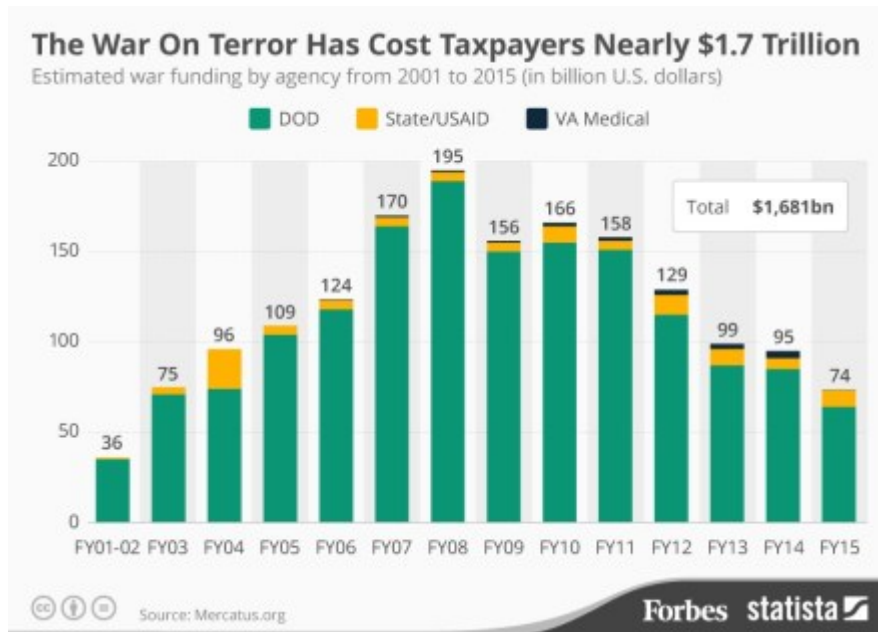
2. Exigir punição, remover a ameaça e mostrar resolução.

Esse princípio incluiu não só a caçada a Bin Laden e a seus segundos em comando, mas também a adoção generalizada da estratégia de decapitação (eliminação seletiva de lideranças terroristas), incluindo-se aí o uso de drones/Vants (veículos aéreos não-tripulados), no Afeganistão, Iraque, Paquistão e Iêmen;

3. Negar a terroristas o acesso a redes, serviços e recursos financeiros, valendo-se do clima internacional favorável à cooperação, gerado pelo 11 de setembro;
4. Negar aos terroristas acesso a armas de destruição em massa ou aos meios e materiais utilizados em sua produção;
5. Estabelecer múltiplas camadas de segurança e fiscalização em relação a pessoas e objetos entrando no país. A ideia seria a de gradualmente retirar o foco da inspeção de bagagens para enfatizar indivíduos;
6. Minar a capacidade de recrutamento dos terroristas, aumentando os esforços para combater a violência extremista, com foco na eliminação das fontes e fatores aparentes de radicalização.

7. Ênfatar a propaganda como estratégia para ganhar os “corações e mentes” das populações submetidas ao flagelo do terrorismo, acompanhada por iniciativas concretas de assistência econômica, política e humanitária, aumentando-se, assim, a legitimidade estatal e diminuindo a atratividade e o apelo das promessas realizadas por grupos e recrutadores terroristas.

Esses elementos compuseram a chamada Guerra ao Terror, das administrações Bush e Obama, que teve, entre 2001 e 2015, um custo estimado de US\$ 1.7 trilhão, dos quais cerca de 94% coube ao Departamento de Defesa (DOD).



Para dar substância a esses princípios, uma série de medidas legais e administrativas foi tomada, dentre as quais:

1. O USA Patriot Act, em outubro de 2001.

De forma geral, essa medida – acrônimo para *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism* – forneceu novos poderes para a comunidade de inteligência e instituições policiais conduzirem buscas sem mandados, monitorarem transações financeiras e realizarem escutas, além de poderem deter e deportar, em segredo, indivíduos suspeitos de cometer ou tramarem atos terroristas.

2. O *National Security Intelligence Reform Act*, de 2004, também conhecido como *Intelligence Reform and Terrorism Prevention Act (IRTPA)*.

Essa iniciativa redefiniu o conceito de “Inteligência Nacional”, criou a posição de *Director of National Intelligence* (DNI), com a função de coordenar as atividades das diversas agências de inteligência do país, o *National Intelligence Council* (NIC), o *National Counterterrorism Center* (NCTC), o *Joint Intelligence Community Council* (JICC) e o *National Counter Proliferation Center* (NCPC).

Além disso, reestruturou o *Federal Bureau of Intelligence* (FBI) e definiu com maior precisão a esfera de atuação do *Department of Homeland Security* (DHS), criado pelo *Homeland Security Act*, de 2002. Essa medida também colocou sob a tutela do DHS importantes instituições como o *Customs and Border Patrol* (CBP), o *Immigration and Customs Enforcement* (ICE), a *Transportation Security Administration* (TSA), o *National Cybersecurity Protection System* e 72 *Fusion Centers* para coletar, analisar e compartilhar informações com agências locais, estaduais e federais.

3. O *Foreign Intelligence Surveillance Act (FISA) Amendments Act*, de 2008.

Essa lei atualizou o FISA, de 1978 e deu contornos jurídicos menos controversos ao Patriot Act.

4. Go-It-Alone Defense Doctrine, de 2002.

Basicamente, essa doutrina, afirmada em junho de 2002 durante um discurso de Bush em West Point e codificada na National Security Strategy daquele ano, declarava que os EUA não hesitariam em exercer seu direito de autodefesa agindo preemptivamente contra terroristas e estados patrocinadores do terrorismo, ainda que não houvesse um ataque iminente ou a certeza quanto a um ataque contra seus interesses.

Para muitos países, isso era uma forma de burlar o direito internacional tradicional, que condicionava a legitimidade desses ataques preemptivos à existência de uma ameaça iminente, e fundada na necessidade e na proporcionalidade.

Em fevereiro de 2011, a Administração Obama revisou essa estratégia militar, realçando a necessidade de consenso internacional para agir e a necessidade de construção de coalizões e alianças.

A nova estratégia foi denominada Leading from Behind e era baseada em quatro eixos:

1. Combater a violência extremista;

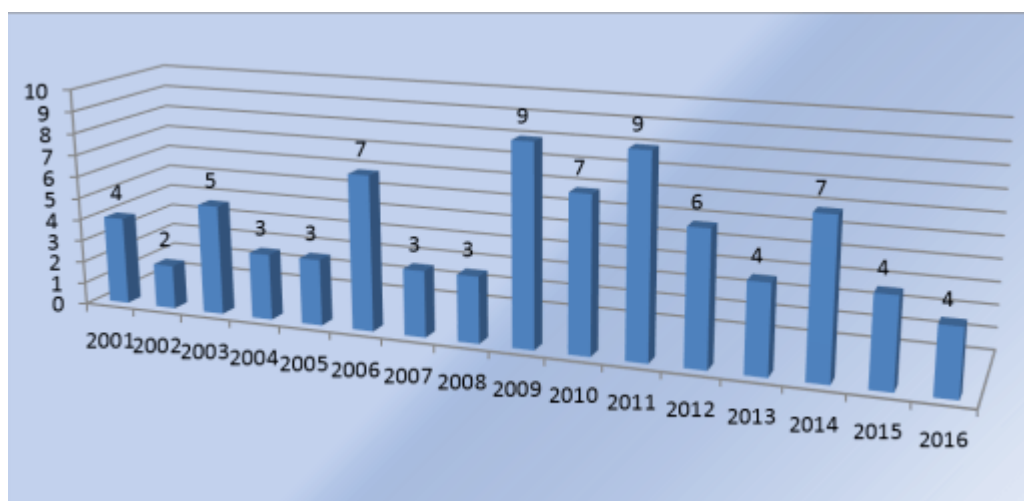
2. Impedir e derrotar agressões;
3. Fortalecer a segurança regional e internacional;
4. Manter a preeminência militar.

Essa nova política foi e tem sido muito criticada domesticamente pela comunidade de inteligência, por setores das Forças Armadas e da diplomacia, e pelo Congresso, pois é vista como uma renúncia tácita ao papel de liderança estratégica mundial dos EUA.

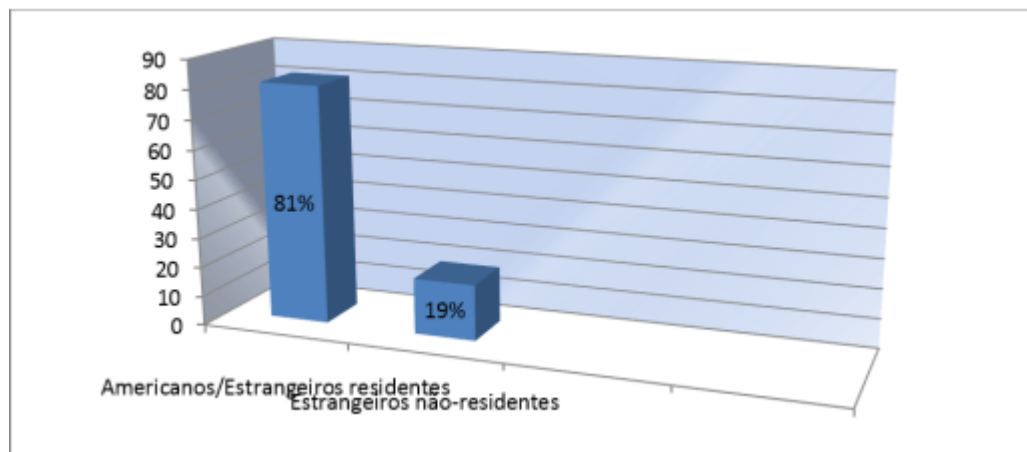
2. RESULTADOS NO CAMPO INTERNO

Em termos estatísticos, as iniciativas domésticas antiterror nos EUA obtiveram resultados considerados positivos, sobretudo a relativa ausência de ataques de larga escala e com grande número de vítimas em seu território, pelo menos até 12 de junho último, quando o atirador Omar Mateen, americano de origem afegã e adepto do radicalismo islâmico, matou 49 pessoas e feriu outras 53 em uma boate em Orlando, Florida.

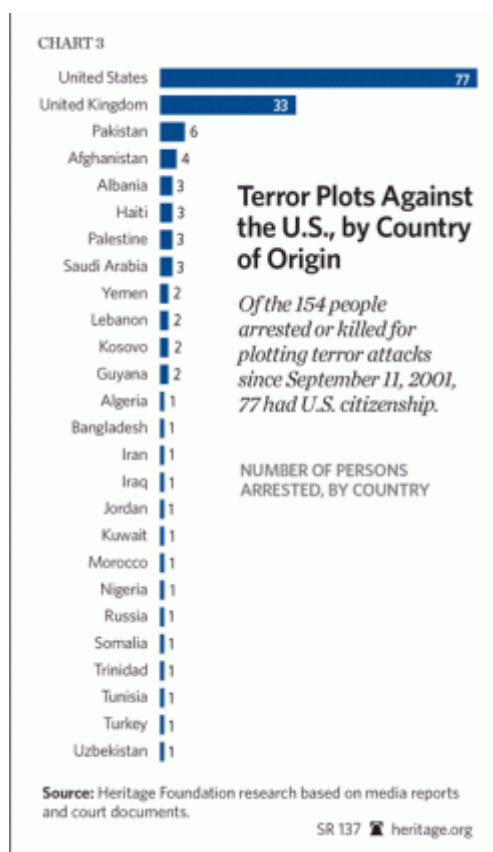
Apesar do número reduzido de vítimas em solo americano desde o 11 de setembro, tem havido, de fato, um grande número de incidentes. Desde o 11/09, houve cerca de 110 ataques terroristas ou tentativas em solo americano. Desses 110, cerca de 80, que correspondem a 73%, estão ligados ao terrorismo islâmico.



Desses 80 ataques, 65 (81%) foram considerados terrorismo doméstico. Isso significa que um ou mais dos penetradores eram cidadão americanos ou estrangeiros com residência permanente.



Esse próximo gráfico confirma essa informação.



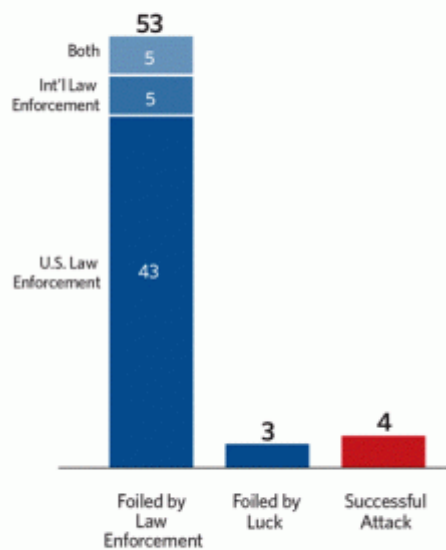
Em 2013, de 154 pessoas presas no país ou mortas em consequência de atos terroristas, 77 (50%) possuíam nacionalidade americana.

Naquele mesmo ano, o governo americano se vangloriou de ter conseguido frustrar 56 de 60 ataques terroristas de matiz islâmico, antes ou durante sua execução.

CHART 2

How Terror Plots Ended

Of the dozens of terror plots against the United States since September 11, 2001, 56 were foiled and four were successful.



Source: Heritage Foundation research based on media reports and court documents.

SR 137 heritage.org

Entretanto, deve-se ressaltar que as forças de segurança não foram capazes de frustrar nenhum dos 17 atentados de natureza religiosa que aconteceram no país desde julho de 2013.

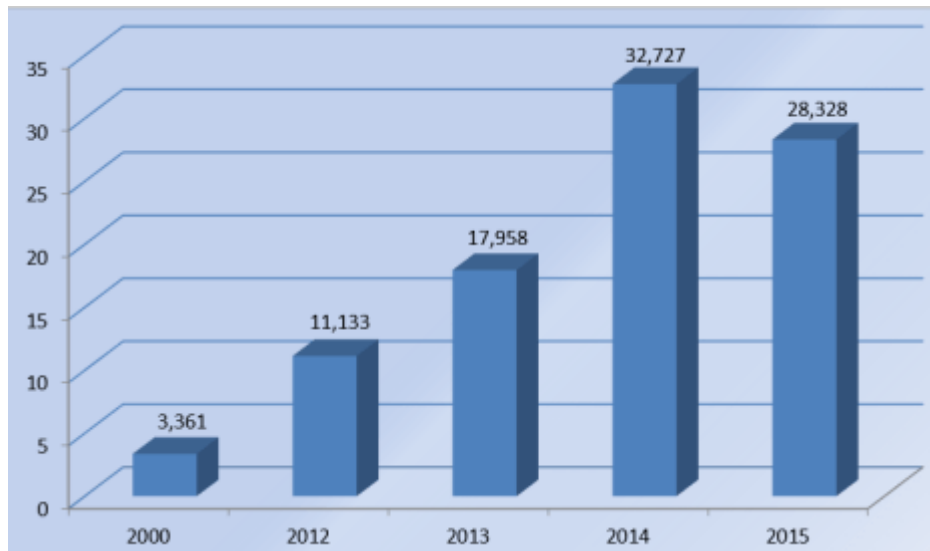
Esses dados podem indicar algumas tendências perigosas:

- A Comunidade de Inteligência e o aparato policial ainda não conseguiram se adaptar à ameaça apresentada pelos chamados Lobos Solitários;
- Não se tem conseguido identificar no país as fontes de radicalização de indivíduos e os motivos, e nem deter ou reverter esse processo;
- O sistema de controle de entrada de estrangeiros ainda se encontra excessivamente falho;
- Tem crescido a determinação de movimentos islamitas e simpatizantes de realizar ataques em território americano, sobretudo quando se considera que de 1973 a 2001, apenas 17 atentados terroristas de matiz islâmico foram realizados no país.

3. TERRORISMO INTERNACIONAL

A estratégia terrorista norte-americana teve claros reflexos no terrorismo internacional. Em 2000, foram registradas 3.361 mortes em ataques terroristas. Em 2012, a atividade terrorista aumentou significativamente, com o total de mortes subindo de 11.133. Em 2013 esse número subiu para 17.958, um aumento de 61%.

Ainda pior, desde 2000, houve um aumento de quase 9 vezes no número de mortes causadas pelo terrorismo, subindo de 3.361 naquele ano para 32.727 mortes em 2014!



Essa redução de 2014 para 2015 se deve à uma estratégia do Estado Islâmico em promover ataques envolvendo número excepcionalmente alto de vítimas, que acabam sendo sequestradas, em vez de mortas. Em 2014, foram sequestradas 9.428 pessoas pelo EI, ao passo que, em 2015, foram sequestradas 12.189 indivíduos.

Desde 2001, o número de países que experimentou mais de 50 mortes por terrorismo subiu de 24 para 50. Da mesma forma, o número de países que sofreram ao menos uma morte por terrorismo em seu território aumentou de 59 em 2013 para 67 em 2014. Isso significa, grosso modo, que não apenas a intensidade da atividade terrorista está crescendo, mas também sua amplitude geográfica.

Cerca de 84% das morte em 2014 e 74% das vidas perdidas à ameaça terrorista em 2015 aconteceram em apenas 5 países: Iraque, Afeganistão, Paquistão, Nigéria e Síria. Em 2015, 66% dessas mortes foram reivindicadas por apenas 4 organizações: ISIL, Boko Haram (Estado Islâmico da África Ocidental), a Guerrilha Talibã e a al-Qaeda e suas afiliadas:

- Al-Qaeda na Península Arábica (AQAP), que se opõe à monarquia saudita e opera no Iêmen e na Arábia Saudita;
- Al-Qaeda no Maghreb Islâmico (AQIM), que visa a derrubar o governo argelino e implementar um estado islâmico na região;
- Rede Haqqani, que opera no Paquistão. Alinhados com a Guerrilha Talibã, objetivam livrar o país da influência ocidental;
- Lashkar-e-Taiba (Exército dos Puros), operando no Paquistão. Seu objetivo é introduzir um estado islâmico no Sul da Ásia e liberar a região da Cachemira da influência indiana;
- Jabhat al-Nusra (Também chamada de Al-Qaeda na Síria), que pretende instituir um estado islâmico naquele país. O grupo foi rebatizado em julho de 2016 para Jabhat Fateh al-Sham, que significa aproximadamente "Frente para a Conquista da Síria".
- Al-Shabaab (Movimento da Juventude Guerreira), na Somália. Seus objetivos são mais de caráter nacionalistas e ligados à busca por poder entre os diversos clãs do país do que propriamente conectados à jihad global.
- Al-Qaeda no Iraque, atualmente conhecida como Estado Islâmico.

4 - O COMBATE AO TERRORISMO NA REGIÃO NA PERSPECTIVA AMERICANA

Como os EUA deveriam, então, responder à crescente ameaça terrorista no Oriente Médio e na África?

Presentemente, as políticas norte-americanas oscilam entre Contrainsurgência e Operações Contraterror, ou COIN e CT, na terminologia militar americana.

Operações Contraterror buscam alvejar agressivamente pessoas ou organizações envolvidas em ataques ou em planos de ataques contra os EUA e seus aliados. O objetivo dessas operações, claramente, é tentar destruir o inimigo ou danificar sua capacidade operacional.

Os EUA atualmente possuem Operações CT, levadas a cabo por tropas especiais em terra e drones armados, em apenas dois países, Iêmen e Afeganistão.

A outra estratégia principal, COIN, busca fortalecer estruturas sociais e políticas locais, de forma a conquistar corações e mentes, a fim de que populações locais parem de prestar apoio a terroristas. Evidentemente, operações COIN incluem o combate direto e limitado, seja militar ou policial, a terroristas ou insurgentes, de forma a garantir a sobrevivência e a funcionalidade de comunidades locais.

Contudo, seu real objetivo é, em teoria, a manutenção e o desenvolvimento de estruturas sociais e políticas que resistam à deterioração causada pelo flagelo terrorista. Isso é normalmente buscado por meio da melhoria ou construção de infraestrutura econômica e de investimentos econômicos que têm o potencial de melhorar a vida do cidadão. Essas abordagens representam mais partes de um continuum do que ideias opostas. A questão é como encontrar um equilíbrio entre essas estratégias.

Esse equilíbrio é particularmente difícil na África. O AFRICOM – *The United States Africa Command* –, que comanda todas as atividades militares dos EUA no continente, difere dos outros comandos regionais, como o Comando Central – CENTCOM, que supervisiona operações militares na Ásia Central e no Oriente Médio – e o Comando do Pacífico (PACOM), que são centros quase que exclusivamente militares.

Mas o AFRICOM possui natureza bastante diferente. Embora também desempenhe funções militares, ele também é responsável por supervisionar e coordenar todos os esforços e ações do Departamento de Estado e da Agência de Desenvolvimento Internacional (USAID).

Ou seja, o AFRICOM foi concebido como uma agência não-combatente, cuja missão era coordenar políticas diplomáticas, de desenvolvimento e defesa no continente, ao mesmo tempo em que mantinha pequena presença militar e evitava engajamento em combates diretos.

Essas restrições foram auto-impostas para tranquilizar os governos africanos acerca de eventuais ambições neocoloniais. E também porque os americanos preferiram ser cautelosos, após o desastre da experiência causada pela intervenção militar na Somália, em 1993.

Como resultado, operações de defesa perderam espaço para ações diplomáticas e de desenvolvimento cívico no âmbito do AFRICOM. Eventuais operações militares focaram em treinar e equipar aliados, de forma que pudessem salvaguardar os esforços empreendidos nas outras áreas.

E aqui se encontra o problema. Desde que Muammar Kaddafi caiu, deixando um vácuo de poder na Líbia e um país em completo desarranjo, movimentos terroristas islâmicos têm se multiplicado por toda a região do Sahel africano.

Nesse sentido, os esforços do AFRICOM para construir parcerias militares com os estados do Sahel, como Mali, Niger e Nigéria, a fim de combater esses movimentos, têm se mostrado pouco eficientes.

E enquanto outros comandos podem desencadear operações Contraterror enviando forças especiais e drones armados em parceria com governos locais, o AFRICOM não possui nem o mandato nem o pessoal para isso.

A solução tem sido enviar drones desarmados para ajudar na vigilância, enquanto se fomenta a cooperação regional, por meio do treinamento e armamento de equipes locais. É uma solução criativa, de

baixo custo e de baixo risco para a missão americana na África.

E é aí que mora o problema. A imensa maioria do Mujahideens que tem tomado parte na Guerra Civil que tem devastado a Síria provém da região do Sahel. Essa negligência tem contribuído para que, após sete anos de Governo Obama, a lista de falhas da política externa norte-americana para a região tenha se tornado extensa e impressionante, retirando a eficácia de qualquer reforma que tenha sido realizada nos serviços de inteligência do país.

Marcos Degaut, 46, é Doutor em Segurança Internacional, Professor na University of Central Florida (EUA) e Co-Presidente do Instituto Kalout-Degaut de Política e Estratégia

Editoria Mundorama. "A Evolução da Estratégia Contraterrorista dos Estados Unidos, por Marcos Degaut". *Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*,. [Acessado em 21/01/2019]. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=19864>>.

Estados Unidos: uma década e meia do atentado terrorista, por Virgílio Arraes

By Editoria Mundorama | Volume 10 - No. 110 - Outubro - 2016

Há quinze anos, os Estados Unidos surpreenderam-se com o ataque de aeronaves civis sequestradas em seu próprio país por uma vintena de homens naturais do Oriente Médio, conforme identificação posterior dos órgãos de segurança, em cuja filiação política encontrava-se estreita vinculação com uma organização fundamentalista.

De forma estonteante, ela havia sido outrora apoiada parcialmente por eles mesmos, norte-americanos, quando do extenso enfrentamento do intrincado Afeganistão contra a União Soviética muitos anos antes.

A crônica relativa ao trágico destino dos quatro aviões de grande porte é assaz conhecida: dois deles se chocaram contra o complexo do World Trade Center, em Nova York, ao ter por conseqüente resultado a derrubada de dois dos seus prédios mais altos. O total de vítimas aproximar-se-ia de quase três mil. O terceiro encaminhou-se ao Pentágono, em reforma, em Washington. O último não foi destinado para o mesmo propósito, graças à heroica atuação dos passageiros, segundo registro do governo norte-americano.

No entanto, sua sina seria também desventurosa para os embarcados, ao cair em uma área florestal da Pensilvânia. Especula-se até hoje para qual alvo teria sido endereçado, de acordo com a vontade dos sequestradores: a Casa Branca ou o Congresso?

Na época de vigência da confrontação bipolar, a disputa mais importante por poder ocorria aos olhos da opinião pública entre o capitalismo democrático e o comunismo trabalhista. Todavia, eram, na prática, duas superpotências nucleares em defesa de seus interesses imediatos, convergentes à medida do possível aos de seus aliados, materializados ou não como Estado.

No caso do Afeganistão, os russos deslocaram-se lá de maneira ávida com o propósito de defender o partido comunista local do integrismo ascendente, apoiado de forma paradoxal por alguns governantes do Ocidente, até por receio dos efeitos em sua vasta fronteira de longa memória muçulmana, a despeito dos esforços da doutrinação comunista.

Após quase duas décadas desgastantes, Moscou desistiu da peleja afegã e recolheu-se de modo aviltado a seu território. Com o ocaso interno do regime socialista, não havia justificativa persistente para vultosos gastos com atividades belicosas como o deslocamento de numerosos contingentes para além da fronteira.

Abandonados de maneira sumária pelos combalidos soviéticos, partidários ou simpatizantes do comunismo afegão, devido ao crescente enfraquecimento castrense, estiveram à mercê das agremiações extremistas, entre as quais a da Al-Qaeda, cujos inúmeros adeptos comportavam-se de modo bastante rígido com seus adversários de feito secular.

À proporção que o tempo passava, a antipatia tradicionalista dos veteranos combatentes locais ao Kremlin trasmudou-se para a Casa Branca, em decorrência do envio de efetivos ocidentais para solo médio-oriental, no período da chamada Primeira Guerra do Golfo, em que estava em jogo a soberania do monárquico Coveite diante do ditatorial Iraque, logo depois do cerramento do confronto ideológico amero-soviético.

Após o término do conflito, os antigos insurgentes atordoavam-se com a continuidade da permanência de tropas estadunidenses próximas de locais observados como sagrados como Meca, na Arábia Saudita, para os muçulmanos de vertente sunita.

Isso teria insuflado em segmento de fiéis mais fervorosos, ainda que em quantidade reduzida, o repúdio à permissão para o estacionamento indefinido de tropas e estimulado neles a aspiração de expulsá-los de maneira definitiva.

Em não sendo possível satisfazer nem sequer de modo parcial tal objetivo através da política, posto o caráter autoritário do regime teocrático de Riade, a possibilidade do recurso à violência privada extrema veio a lume, circulou em toda a região e cooptou aderentes de várias nacionalidades, embora no referido ataque tenha-se centrado em ativistas sauditas – quinze dos dezenove perpetradores.

De modo lamentável, não foi o primeiro, nem seria o último atentado, porém se tornaria o de maior impacto em termos de divulgação pública, até pelo país atingido, a única superpotência remanescente. No momento do ataque, o presidente George Bush localizava-se em uma escola primária, onde lia um texto para alunos do ensino fundamental.

A resposta à inesperada investida de uma agremiação terrorista, não Estado, veio através do lançamento de milhares de bombas ao Afeganistão, comandado naquela fase pelo também extremista Talibã, grupo aliado à Al-Qaeda, apontada como a organizadora do acometimento no território estadunidense.

Tal qual a União Soviética na Guerra Fria ou mesmo a Grã-Bretanha no século dezenove, os Estados Unidos não desfrutariam de êxito cimentado no Afeganistão, malgrado os imensos custos materiais e desgastantes perdas humanas, em especial as civis.

A corrosão do prestígio estadunidense afluou mais, ao estender sua mão militar, mesmo quando de forma reservada, a outros países muçulmanos como Lêmen, Síria, Somália, Paquistão e Líbia, com gastos estimados em uma quinzena de anos em alguns trilhões de dólares – adicione-se ao cálculo o despendido com Afeganistão e Iraque.

Isto não desaguou, por outro lado, em impedir a todo o momento o nascimento de tropel de grupamentos inspirados no fatídico ataque ou até uma maior estruturação de um deles, o Estado Islâmico, afamado pela ambição de delineio territorial entre Iraque e Síria, ao indicar o revivescimento de um califado.

Nos derradeiros momentos do segundo mandato, o presidente Barack Obama assistiu a momento raro do Congresso: o da derrubada de um veto presidencial, possível graças a dois terços das duas casas, em uma inaudita composição bipartidária. Este foi o único de sua administração. Nem sequer Hillary Clinton, candidata democrata, posicionou-se a favor do dirigente presidencial.

A discordância parlamentar referiu-se a singular projeto autorizador de processo judicial aos eventuais responsáveis da investida de 11 de setembro pelas famílias dos milhares de vitimados. A partir dele, poder-se-ia acionar até o governo saudita, situação muito incômoda tanto para Washington como para Riade.

Virgílio Arraes é professor do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB (arraes@unb.br).

Editoria Mundorama. "Estados Unidos: uma década e meia do atentado terrorista, por Virgílio Arraes". *Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*,. [Acessado em 21/01/2019]. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=19872>>.

Habitat III and how did human settlements become a global issue?, por Ana Mauad

By Editoria Mundorama | Volume 10 - No. 110 - Outubro - 2016

In the next few days, world and local leaders will be gathered in Quito by the occasion of Habitat III - The United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development. There is no fuss about that, as today the majority of the world's population lives in urban areas and it seems only logical that this issue should be addressed by the international community. However, that was not the case with Habitat I and II, thus it is relevant that we recognize how we got here in order to understand the contemporary challenges for this agenda and its meanings.

The rapidly growth of urban population worldwide since the end of World War II, in a disorderly manner in most of the cases, exposed to the international community the problems faced by urban areas not designed to accommodate so many people. What seemed so far as a domestic problem began to be perceived as a global issue and as a threat to the goals of peace of the United Nations. If the discussion in the core of the organization was the development of the most vulnerable countries, improvements in health and education of the world's population, human rights and peace, then the UN would have to introduce the urban issue on its agenda.

Nonetheless, it took a while for the United Nations to present the urban debate clearly in multilateral forums, mostly because the international community had not yet realized that the issue was a subject by itself and that it permeated all the others. Although it might have appeared in sparse discussions, there was no perception of the urgency of the matter. Only in 1972, at the Conference on Human Development in Stockholm, is that there was alert to the problem. From that moment, the United Nations began to cover issues related to urban life, and this change of perception culminated with the First United Nations Conference on Human Settlements (Habitat I), in 1976, carried out in the city of Vancouver.

Habitat I opened the multilateral debate to human settlements and allowed the matter to be discussed and designed by member countries of the UN. However, it is important to note the historical moment of the conference: the Cold War. At that time, although there was a warning to social issues, the discourse that prevailed in the international system was the one about security and defense. The world was still divided between the capitalist and the socialist bloc, which somehow overshadowed social problems, especially those faced by developing countries.

Consequently, at the Vancouver Conference, the perception of the world leaders was that urban problems were too complex and subsequently demanded the action of a strong and unified state, "[...] the urban agenda was shaped by those who believed that only a strong central government was capable of dealing with the myriad of urban problems that were emerging at that time" (MORENO; WARAH, 2006, p. 6). The future dynamics of global governance would show the opposite.

Habitat I occurred in the midst of the Cold War and the oil crisis, important facts that certainly shaped a more state-centered and less pragmatic character of this summit. At the time that the conference took place, the studies pointed to an exponential increase of the world population, generating pessimistic views about the future of cities and negatively marking the conference, and this feeling of powerlessness over the issue contaminated the delegations, which presented a proposal that was weak and detached from reality. Therefore, Habitat did not have the impact expected in the international community.

Differently, at Habitat II in Istanbul, a broader perspective on urban issues was presented, including different society sectors on the discussion, not only the national delegations and this was a landmark.

Despite the lower visibility of the 1976 conference, when compared to 1996, Habitat I had an important result: the creation of the United Nations Centre for Human Settlements (UNCHS). The office to address the

issue was established in 1978, in Nairobi, and ended up being the first office of a United Nations agency in Africa. Initially, Habitat was just an operating program of the United Nations Commission on Human Settlements attached to the General Assembly and had only 58 member States. The institutional structure of the Centre has been strengthened over the years and in 2001, after the Habitat II +5, the Centre was elevated to United Nations Programme for Human Settlements.

From 1976 to 1996 Conference, twenty years had passed and many changes had occurred in the world. Thus, the complexity of the problems faced in urban areas was also amplified, and new issues had emerged, requiring new approaches. Changes in urban issues demanded a new approach to the difficulties of the United Nations, which in fact followed (ROLNIK; SAULE JR, 1997, p 15).

The 1990s were marked by the turbulence of the end of Cold War, but also by the UN Social Conferences, and Habitat II was the last social conference of the decade, ending the cycle that had began in 1992 with the UN Conference on Environment and Development (Rio-92).

The Istanbul Conference meant the resumption of the discussion on urban issues, but from a new perspective on the problem, in view of the changing international environment and the conditions of human settlements. The question of human settlements became, therefore, to be global, but with clear implications sites, so its discussion at a world summit demanded not only the participation of national governments but also of local government.

Habitat II was an important milestone for reinforcing to the international society that human settlements are a global issue and that local governments are actors in international relations. In addition, the conference contributed to the reaffirmation, by both the Habitat Agenda and the Istanbul Declaration, of human rights discussed at previous conferences, with the inclusion of the right to housing and adequate shelter.

The main problems facing cities in 1976 and 1996 persist in many parts of the world, such as slums, but a new myriad of problems emerged since then and climate change was one of them. For Habitat III, the debate during the preparatory process was centered in the new urban agenda. Therefore, we can expect from Quito some statement regarding the new urban agenda and the reinforcement of the goal 11 from the Sustainable Development Goals - which encompasses the objective for making cities inclusive, safe, resilient and sustainable.

Today, the strict state action in addressing issues that are global, as human settlements, is restricted by the strength of the various actors in the international system and its own dynamics. If the vision of the States and the United Nations in 1976 was more restrictive, in 2016 it is broader and encompasses many actors who are to some extent involved directly or indirectly with urban issues. Global governance precludes the unilateral action by states, and this is possibly one of the most significant elements since the end of the dynamics of the Cold War.

To conclude, we need to look for Habitat III as a point in the long process establishing urban issues in the international agenda and local governments as global actors. With that in mind, it could be expected that Habitat III will continue the conversation and will now bring the attention of the debates to the inescapable challenges imposed by climate change. Finally, urbanization is a question for International Relations and inevitable researchers will have to address the issue framing its connection to contemporary global challenges.

Referências:

MORENO, Eduardo López; WARAH, Rasna. Thirty Years of the Urban Agenda (1976 - 2006): what has been achieved? In: UNITED NATIONS. Habitat Debate, v. 12, no. 2, June 2006.

ROLNIK, Raquel; SAULE JÚNIOR, Nelson. Habitat II - assentamentos humanos como tema global. IN: BONDUKI, Nabil Georges (Org.). Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio-ambiente e gestão

urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1997

Ana Carolina Evangelista Mauad é Doutoranda no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Editoria Mundorama. "Habitat III and how did human settlements became a global issue?, por Ana Mauad". *Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais*,. [Acessado em 21/01/2019]. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=19874>>.

Curso de Extensão em Defesa Nacional

By Editoria Mundorama | Volume 10 – No. 110 – Outubro – 2016

O Ministério da Defesa, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Segurança Internacional (GEPSI) e o Centro Acadêmico de Relações Internacionais (CAREL) estão organizando o 14º Curso de Extensão em Defesa Nacional, que será realizado no auditório do BSAN, prédio ao lado do IREL, do dia 24 ao dia 27 de outubro de 2016 na Universidade de Brasília

Será uma oportunidade ímpar para que ampliemos os debates sobre a Defesa Nacional, política pública para a qual são destinados cerca de 1,5% de nosso PIB e que, ao complementar os esforços da diplomacia brasileira, é um instrumento relevante para nossa inserção internacional.

As inscrições já estão abertas e devem ser realizadas pelo site <http://cedn.defesa.gov.br/> A programação está em anexo.

Pedimos a todo(a)s que nos auxiliem a divulgar a iniciativa e espero vê-lo(a)s no encontro.

Seminário - “International Trade and Security: Japanese Perspectives”

By Editoria Mundorama | Volume 10 - No. 110 - Outubro - 2016

O *Centro de Estudos Ásia-América Latina* (CEAA) do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília convida a comunidade para:

Seminário Internacional sobre: “International Trade and Security: Japanese Perspectives”.

O evento acontecerá no dia 31 de outubro de 2016, a partir das 16hs no Auditório do IREL/IPOL - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte.

Programação:

16:00h-16:10h Opening Session (Representatives of IRel/UnB, Ri-UCB and Japanese Embassy in Brazil).

16:10h-16:50h “Japan’s trade strategy in the 21st century: Trans-Pacific Partnership (TPP), Japan-EU Economic Partnership Agreement (EPA) and their impacts on Latin America”, professor Yorizumi Watanabe (Keio University).

16:50h-17:30h “Security Environments in East Asia”, Ambassador Shingo Yamagami (Director General [Acting] of The Japan Institute of International Affairs).

17:30h-18:00h Debate.

18:00h-18:10h Closing Session.

Para mais informações: jose.romero@ucb.br

Seminário celebra 60 anos da RBPI

By Mundorama | Volume 10 - No. 110 - Outubro - 2016

Tópicos

- [1 Programação](#)
 - [1.1 14h30min - Apresentação](#)
 - [1.2 14h40min - Mesa Redonda - 60 anos em Revista - a inserção internacional do Brasil e a política internacional](#)
 - [1.3 16h - Mesa Redonda - 60 anos em Revista - Inovação e renovação na publicação científica na área de Relações Internacionais no Brasil](#)
 - [1.4 17h20min - Encerramento - Programação futura](#)

O Conselho Editorial da [Revista Brasileira de Política Internacional](#) e o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais convidam para o Seminário Sessenta anos da Revista Brasileira de Política Internacional, a ser realizado a propósito da abertura das celebrações da publicação do sexagésimo volume da RBPI.

Fundada em 1958 no Rio de Janeiro, e transferida em 1993 para Brasília, a RBPI é uma das mais tradicionais publicações científicas da área de Relações Internacionais da América Latina e uma das mais influentes do Sul Global.

Em 2017 será publicado o sexagésimo volume da RBPI, e esta marca histórica será celebrada entre o final de 2016 e os primeiros meses de 2018, com a realização de várias atividades especiais. O marco inicial desta grande celebração será o seminário nacional que se realizará de acordo com a programação abaixo.

Programação

14h30min - Apresentação

- Antônio Carlos Lessa, editor-chefe da Revista Brasileira de Política Internacional e professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília

14h40min - Mesa Redonda - 60 anos em Revista - a inserção internacional do Brasil e a política internacional

- Coordenação: José Flávio Sombra Saraiva, diretor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília
- 60 anos em revista: A inserção internacional do Brasil e os desafios da modernização - Amado Luiz Cervo, professor emérito da Universidade de Brasília, ex-editor e presidente de honra do Conselho Editorial da RBPI
- 60 anos em revista: A evolução da política internacional e a formação do mundo em que vivemos - Henrique Altemani de Oliveira, professor da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e representante do Conselho Editorial da RBPI

16h - Mesa Redonda - 60 anos em Revista - Inovação e renovação na publicação científica na área de Relações Internacionais no Brasil

- Coordenação: Virgílio Arraes, professor do Departamento de História da Universidade de Brasília;
- 60 anos em Revista - A trajetória da RBPI - Ministro Paulo Roberto de Almeida, diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais e editor-associado da RBPI
- 60 anos em Revista - a RBPI e a inovação na publicação científica na grande área de

humanidades no Brasil - Antônio Carlos Lessa, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e editor-chefe da RBPI.

17h20min - Encerramento - Programação futura

- Data e local: 7 de novembro de 2016, a partir das 14h30min, no Auditório do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília - DF).
- Será emitido certificado de participação. Inscrições podem ser feitas [aqui](#).
- Informações adicionais podem ser obtidas pelo e-mail secretaria@ibri-rbpi.org.